

Noções e Percepções de Qualidade de Vida *Que pistas para uma intervenção na cidade?*

Teresa Costa Pinto ¹

Resumo: O presente artigo, partindo de informação empírica recolhida no contexto da pesquisa que serve a Tese de Doutoramento: *Percepção e Avaliação da Qualidade de vida na AML – Recursos, aspirações e necessidades na construção da noção de qualidade de vida*², em particular do Inquérito por Questionário aplicado na Área Metropolitana de Lisboa³, pretende dar conta quer das noções de qualidade de vida interiorizadas pelos habitantes da AML, quer das formas de percepção e avaliação da qualidade de vida. Nele se reflecte também sobre as implicações sociológicas e mesmo políticas (ao nível da intervenção na cidade) de determinados conteúdos associados às noções dominantes de qualidade de vida bem como sobre os processos de estruturação das formas de percepção da qualidade de vida e respectivos níveis de satisfação.

Palavras-chave: Qualidade de vida; Percepção subjectiva da qualidade de vida; Determinantes da qualidade de vida.

Introdução

A importância de analisar as formas de percepção e avaliação da qualidade de vida está intrinsecamente ligada à especificidade do objecto a construir. Não se pretendia, no âmbito da pesquisa que suporta este artigo, elaborar um sistema de indicadores “objectivos” com a finalidade de criar uma medida de qualidade de vida aplicada a um sistema urbano na sua diferenciação interna, mas apostar na concepção da qualidade de vida como resultado de um julgamento global dos indivíduos ou grupos sobre a sua situação, o que significa dotar o conceito de qualidade de vida de componentes de percepção e avaliação que, subjectivamente e mediante um quadro de representações, aspirações e expectativas, interpretam continuamente condições e recursos próprios e do meio envolvente e elaboram juízos sobre a sua própria inclusão neste meio.

A qualidade de vida, como aqui é entendida⁴, diz respeito a condições objectivas em que decorre a vida quotidiana, referindo-se também ao nível de bem-estar dos indivíduos nas várias dimensões da sua vida, quando inseridos em determinados contextos. Significa que se torna importante atender não apenas às condições objectivas, mas à forma como os indivíduos respondem e sentem sobre a sua vida na diversidade dos domínios que a compõem. O mesmo é dizer que se considera central avaliar o grau de bem-estar e os níveis de satisfação manifestados face a um sistema de recursos, oportunidades e constrangimentos que moldam a vida dos indivíduos. Assim, torna-se indispensável reconhecer neste julgamento a intervenção de elementos subjectivos, feitos de percepções e avaliações que definem distintos graus de satisfação. Uma dimensão é a do meio social ob-

¹ Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia do ISCTE; Investigadora do Centro de Estudos Territoriais - CET.

² Costa Pinto, T., *Percepção e Avaliação da Qualidade de vida na AML – Recursos, aspirações e necessidades na construção da noção de qualidade de vida*, Dissertação de Doutoramento, ISCTE, 2005.

³ A amostra que está na base do inquérito por questionário compreendeu a aplicação de 424 questionários aos residentes nos 18 concelhos da AML. Com base numa caracterização feita anteriormente dos concelhos da AML, a partir da informação estatística disponível, considerou-se importante a clivagem entre periferias da Área Metropolitana de Lisboa situadas a norte do rio Tejo e periferias localizadas a sul. No interior de cada grupo, procurou-se inquirir um número de pessoas proporcional ao peso da população, com mais de 15 anos, aí residente, diversificando a amostra em termos etários e sociais (foram tidas em conta as variáveis profissão e habilitações).

⁴ Cfr. Costa Pinto, T., 2004, “Qualidade de vida: reflexões e debates em torno de um conceito”, in *Cidades. Comunidades e Territórios*, n.º 9, CET, onde se discute o conceito de Qualidade de Vida e se apresentam as várias abordagens desenvolvidas.

jectivo com determinados atributos, outra, a percepção e avaliação que, através de vários elementos mediadores e, muitas vezes, comparativos, os sujeitos fazem dele.

A interrogação fundamental diz respeito a saber como indivíduos e grupos percebem a sua qualidade de vida e avaliam um sistema de oportunidades, recursos e constrangimentos que moldam as várias dimensões componentes da sua vida, num “sistema de acção” tão complexo e diferenciado como a realidade socioespacial da Área Metropolitana de Lisboa.

Neste contexto, perceber como indivíduos e grupos constroem e estruturam uma determinada noção de qualidade de vida, capaz de avaliar de forma valorativa o quadro e as condições de vida em todos os domínios pessoais e do meio envolvente, tornou-se uma dimensão fundamental do objecto desta pesquisa. A construção de uma noção de qualidade de vida funciona como matriz que integra um conjunto de atitudes, valores e preferências, capaz de dar conta do sistema de prioridades que hierarquiza e atribui valores diferenciados aos vários domínios que compõem a vida, permitindo, assim, encontrar a lógica dos objectivos e resultados de vida procurados, ou seja, dos determinantes da qualidade de vida. Esta matriz não funciona como variável independente mas resulta de um conjunto de experiências individuais num quadro de constrangimentos relacionados com os sistemas económicos e sociais onde os indivíduos se integram e com os recursos pessoais de que dispõem. Deste modo, o conceito de qualidade de vida é entendido não como algo estático, mas como processo e produto, já que implica uma relação constante entre os indivíduos e o sistema de oportunidades e constrangimentos, com uma capacidade avaliativa geradora de graus variados de satisfação.

Neste sentido, torna-se importante dar conta da forma como os indivíduos percebem a sua qualidade de vida, através do grau de satisfação quer em relação aos vários domínios da vida quer à vida em geral. A lógica comparativa adoptada de satisfação entre os vários domínios objecto de inquirição permite-nos perceber quais as componentes da vida sujeitas a apreciações mais ou menos positivas e de que forma estas apreciações reflectem circunstâncias objectivas de vida. Complementarmente, avaliar quais os “*determinantes da qua-*

lidade de vida”, isto é, os factores que contribuem para uma percepção mais positiva e para, supostamente, uma melhoria da qualidade de vida, permite estabelecer as relações entre os vários domínios constituintes da vida das pessoas através de julgamentos de valor que estas fazem em relação a cada uma destas componentes. Deste modo, estrutura-se uma hierarquia dos factores contribuintes para a qualidade de vida, fornecendo pistas fundamentais para a compreensão do que poderá constituir um aumento da qualidade de vida.

Se estes são os objectivos analíticos orientadores da inquirição que serve este artigo; os objectivos conceptuais centram-se na necessidade de perceber se e como diferentes condições de vida se deixam traduzir por iguais níveis de satisfação ou, em caso de se observarem desfasamentos entre condições objectivas de vida e respectivas formas de avaliação e satisfação, encontrar as variáveis mediadoras destes desfasamentos. A hipótese subjacente aponta para uma não coincidência entre o domínio do atributo objectivo e a apreciação e avaliação desse atributo expresso em níveis de satisfação, supondo que “standards” de comparação (temporais, sociais, lógicas de formação de aspirações e expectativas) permitem explicar essas discrepâncias e gerar níveis determinados de satisfação quer com a vida em geral, quer com os vários domínios.

Uma noção de qualidade de vida individualista e intimista

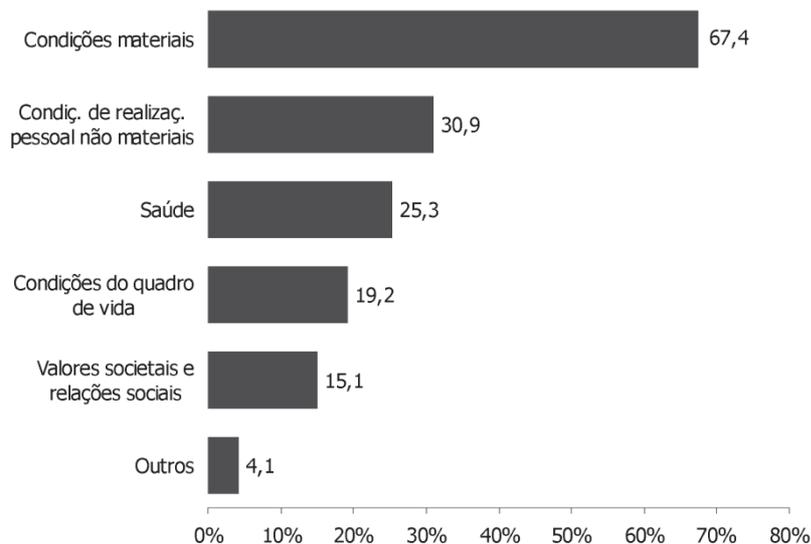
Perceber as concepções dos sujeitos sobre qualidade de vida em geral significa, de algum modo, perceber os factores que estruturam a percepção subjectiva da sua própria qualidade de vida e o modo como a avaliam. Daí, em primeiro lugar, perguntar-se aos inquiridos qual a sua noção de qualidade de vida, qual o significado atribuído a um conceito que preenche no quotidiano um importante espaço discursivo, mas cujos contornos permanecem de uma grande ambiguidade e indefinição. Ambiguidade e indefinição igualmente presentes na associação de uma multiplicidade de dimensões ao conceito de qualidade de vida pelos inquiridos, o que demonstra a multidimensionalidade, a complexidade e a subjectividade do mesmo.

Se uma análise das principais dinâmicas socio-urbanísticas da metrópole de Lisboa⁵ aponta para uma segmentação deste território, diferenciando-o, na diversidade das suas composições sociais, das suas características demográficas, económicas, de condições de vida, pareceria legítimo esperar iguais diferenciações em termos da noção e significado de qualidade de vida, do auto-posicionamento e das expectativas de evolução da qualidade de vida. Contudo, se por um lado as representações sobre o conceito de qualidade de vida traduzem a multiplicidade de dimensões que o próprio conceito encerra, por outro, deixam transparecer uma certa homogeneidade relativa à noção e ao significado “qualidade de vida” que os habitantes da metrópole de Lisboa parecem ter interiorizado. Esta noção traduz-se num centramento do significado associado à qualidade de vida nas dimensões mais pessoais (sobretudo materiais embora também não materiais) e uma desvalorização relativa de dimensões societárias (expressas em necessidades de pertença e de identidade pessoal e social, ou se quisermos, na tipologia proposta por Allardt, em necessidades de “loving”), sinal também do predomínio de uma noção de qualidade de vida individualista, assente na valorização das esferas mais privadas da vida com a conseqüente desvalorização das dimensões relacionadas com as formas de “liveability”⁶ que englobam as condições do quadro de vida onde decorre o quotidiano dos indivíduos.

Como se pode observar pelos dois gráficos a seguir apresentados, o conceito dominante de qualidade de vida surge inequivocamente associado a condições materiais (dimensão que ocupa o primeiro lugar no conjunto das dimensões que compõem a qualidade de vida) enquanto as condições de realização pessoal não materiais⁷ ocupam o segundo lugar no conjunto de referências pelas quais os indivíduos a definem. A saúde surge, assim, em terceiro lugar, mas com uma expressão significativa no seu contributo para a qualidade de vida.

Outro grupo, formado por duas categorias que relevam de diferentes planos da qualidade de vida, surge claramente secundarizado: em primeiro lugar, as condições que compõem o quadro de vida, supostamente estruturadoras da qualidade de vida, já que integram dimensões como as condições ambientais, a acessibilidade a equipamentos e serviços, a agradabilidade da zona de residência e as condições de segurança e marcam inevitavelmente as condições objectivas de vida nas quais os indivíduos inserem os seus tempos e as suas actividades da vida quotidiana; em segundo lugar, a identificação da qualidade de vida com valores societais e relações sociais⁸, dimensão eminentemente societária que se contrapõe a um mercado individualismo representado pela valorização das condições que permitem um bem-estar e realização pessoais.

Gráfico 1 – Significado de qualidade de vida por categorias agrupadas (%)



Fonte: Inquérito sobre Qualidade de Vida na AML

⁵ Esta análise foi feita no âmbito da Tese em referência.

⁶ Na acepção do conceito tal como é definido por Veenhoven, 2000.

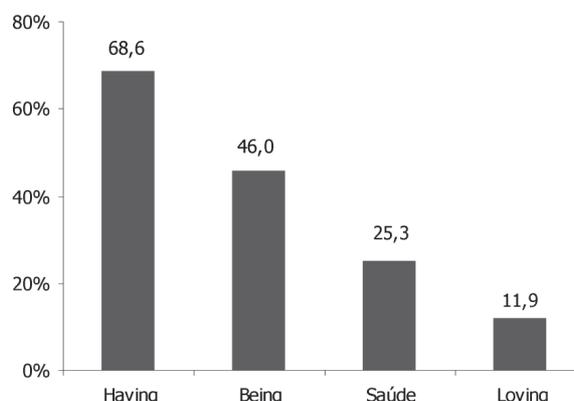
⁷ Na categoria “Condições de realização pessoal não materiais”, englobaram-se: bem-estar pessoal, realização profissional, trabalho, condições para o lazer, cultura, educação, tranquilidade/calma, segurança, amor, afectividade, felicidade.

⁸ Nesta categoria foram incluídos: valores societais como justiça, solidariedade, paz, etc. e as dimensões da satisfação com o relacionamento inter-pessoal.

Quando agrupadas as diferentes referências quanto ao significado de qualidade de vida pela tipologia de necessidades proposta por Allardt (1993) que distingue as necessidades de “*Having*”, “*Loving*” e “*Being*” numa escala que traduz uma progressiva complexificação das necessidades, desde as dimensões do ter às necessidades de pertença e de realização pessoal, verificamos um centramento do significado associado a qualidade de vida nas dimensões mais pessoais, materiais ou não materiais, e uma desvalorização relativa de dimensões mais societárias que envolvem necessidades de pertença e de identidade pessoal e social como são as representadas na categoria “*Loving*” ou, se quisermos, no conceito de “capital social”.

Se repararmos no gráfico a seguir apresentado, as dimensões do “*Having*”, ainda que incluam factores da ordem material e não material⁹, ocupam um lugar cimeiro nos significados que os inquiridos associam a qualidade de vida. Em segundo lugar, são as dimensões do “*Being*”, centradas na capacidade de encontrar bem-estar e realização pessoal¹⁰, a ocuparem um lugar de destaque na hierarquia de significados associados a qualidade de vida. A dimensão da saúde aparece aqui em terceiro lugar e, finalmente, as necessidades de “*Loving*”, traduzidas pela importância conferida às relações pessoais e sociais¹¹. Tal centramento nas dimensões mais pessoais tem, no seu reverso, uma desvalorização das componentes relacionadas quer com as condições do quadro de vida quer com um nível societário representado pelas necessidades de pertença e de construção de identidades sociais. Mesmo dentro da categoria “*Being*” que contém aspectos de realização pessoal pela via da participação comunitária e do sentimento de utilidade para os outros, esta é a dimensão menos valorizada nesta categoria, o que indicia o predomínio de uma noção de qualidade de vida marcadamente individualista e assente na valorização das esferas da vida privada, parecendo estar de acordo com estudos recentemente publicados sobre os factores determinantes e os significados associados à qualidade de vida a nível europeu. (Cfr. Alber e Fahey, 2004; Delhey, 2004).

Gráfico 2 – Importância das dimensões “*Having*”, “*Loving*”, “*Being*” e Saúde para a qualidade de vida (%)



Fonte: Inquérito sobre Qualidade de Vida na AML

Quer a noção quer a percepção da qualidade de vida têm a ver com uma complexidade de variáveis cujo peso isolado é difícil de apurar mas que envolvem o diverso sistema de recursos individuais, o grau de exigências e expectativas no quadro de um modo de vida que se desenrola num contexto específico de condições de vida e a quantidade e qualidade de necessidades satisfeitas. De facto, esta noção de qualidade de vida não é homogénea e a sua diferenciação parece revelar clivagens quer territoriais, quer etárias ou sociais: a fase de ciclo de vida menos sedimentada (mais jovens), a detenção de maiores recursos económicos e culturais, habitar em territórios mais qualificados do ponto de vista das condições do quadro de vida, parecem ser variáveis intervenientes numa concepção mais alargada, sistémica e exigente de qualidade de vida.

Centro - periferia e qualidade de vida

A apreciação da qualidade de vida e dos factores que a proporcionam, embora não demarque substantivamente as várias zonas de residência tam-

⁹ Nesta categoria foram incluídas as seguintes dimensões: condições materiais, trabalho, acesso à educação/cultura, condições para o lazer, condições ambientais, agradabilidade do local de residência, tranquilidade/estabilidade, acessibilidade a equipamentos e serviços e segurança.

¹⁰ Nesta categoria foram agrupadas as seguintes dimensões: realização pessoal/profissional, bem-estar pessoal, valores societários.

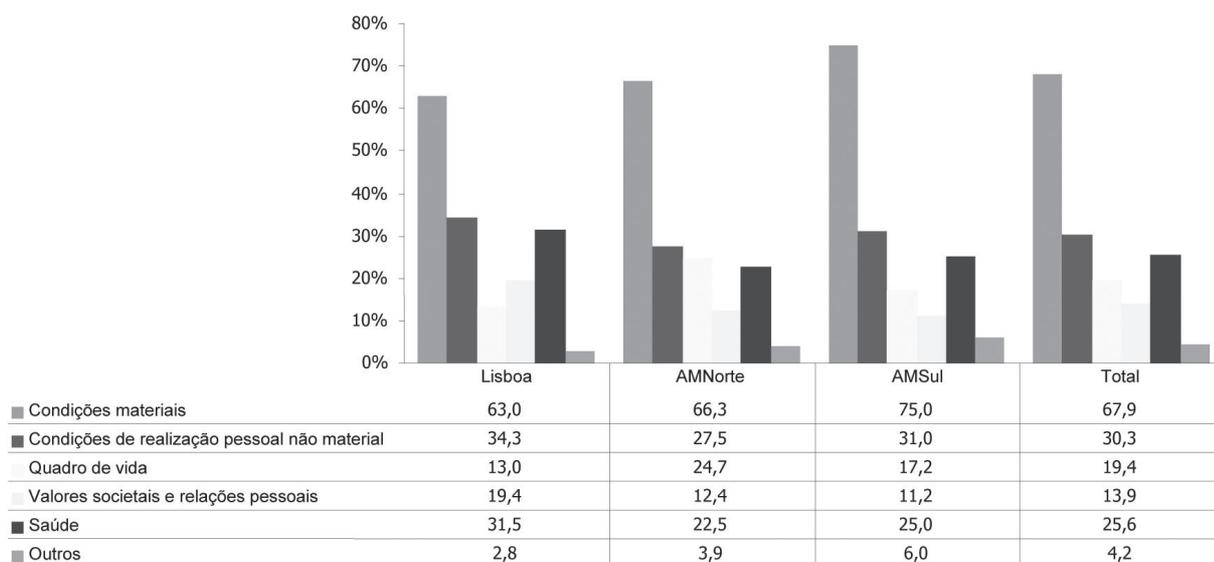
¹¹ Nesta categoria foram agrupadas as seguintes dimensões: satisfação com as relações pessoais; amor/afectividade e felicidade.

bém não é indiferente. Apesar das dificuldades em apreciar a diversidade das respostas, dado à localização dos moradores estar subjacente uma hierarquia social identificada nas habilitações e profissões, verificamos que os lisboetas, ao valorizarem menos dimensões materiais e de “condições de vida” e valorizarem mais dimensões afectivas e de realização pessoal, podem ter subjacentes a essa opinião dimensões de qualidade de vida já satisfeitas e, portanto, já não questionadas ou valorizadas por carência. Inversamente, os moradores da AMSul, ao apresentarem territórios de menores condições de vida e especificidades socioculturais, têm apreciações mais relacionadas com as condições de subsistência.

No quadro de factores a que genericamente os inquiridos associam o conceito de qualidade de

vida, não são perceptíveis clivagens importantes que diferenciem o centro da periferia, embora se reconheça uma valorização superior das condições de vida (relacionadas com o ambiente urbano) dos habitantes da margem sul potencialmente relacionada com menores condições neste território. Os habitantes de um e outro espaço seguem a mesma lógica na atribuição de importância às várias dimensões associadas ao conceito de qualidade de vida. Como pode verificar-se pelo Gráfico 3, a única inversão de posicionamentos das categorias descritas é-nos dada pelos residentes da AMNorte para quem as condições do quadro de vida aparecem com um peso relativo superior ao atribuído pelos restantes inquiridos, ocupando, o 3.º lugar por troca com as dimensões incluídas na categoria valores sociais e relações pessoais.

Gráfico 3 – Significado de qualidade de vida por zona de residência (%)



Fonte: Inquérito sobre Qualidade de Vida na AML

Contudo, quando associada uma lista de factores contribuintes para a qualidade de vida aos três “clusters” geográficos em questão e calculando a média obtida pelo teste de Kruskal-Wallis (cfr. Quadro 1), verificamos clivagens acentuadas na ordenação destes factores definidores de qualidade de vida.

O centro da metrópole continua a atribuir a maior pontuação (> 210) a um grupo de áreas reveladoras de uma concepção de qualidade de vida mais alargada, essencialmente não materialista, individualista, preocupada com as condições que garantam uma realização e bem-estar pessoal num contexto político e social de liberdade. Ter um emprego que realize profissionalmente, um bom nível de educação e formação cultural e a necessária liberdade individual, parecem ser os ingredientes que compõem, em primeira instância, a qualidade de vida.

A margem sul da AML mostra um *ranking* de pontuações das diferentes áreas que configura um conceito de qualidade de vida praticamente inverso do descrito para Lisboa. Seguindo o raciocínio anterior (tendo em conta as áreas pontuadas com > de 210), podemos afirmar que os habitantes desta zona têm uma concepção “primária” de qualidade de vida, identificando-a com três níveis que definem o patamar supostamente mínimo de qualidade de vida: dinheiro, família e saúde¹².

A AMNorte posiciona-se a meio caminho entre a concepção de qualidade de vida individualista e “elitista” dos lisboetas e a noção mais “primária” mas mais dotada de valores sociais e relacionais dos habitantes da AMSul. Refira-se apenas que estes inquiridos pontuam genericamente menos todas as áreas em questão, pelo que o primeiro grupo, que associa 4 áreas, situa-se entre 200 e 210. Assim, as áreas que compõem este primeiro grupo evidenciam uma dimensão relacional da qualidade de vida mais forte que qualquer das outras áreas geográficas, ao associar a importância conferida aos amigos (dimensão que, aliás, obtém a pontuação máxima) com a da família. Não deixa de integrar questões mais primárias que, na sua ausência, podem comprometer a qualidade de vida, como seja a saúde, a que se acrescenta um factor que se situa fora da lógica dos anteriores, a valorização da possibilidade de viver num sítio agradável.

Podemos colocar como hipóteses interpretativas das diferenças verificadas, a oposição entre Lisboa e as duas periferias face a uma visão mais intimista e política da qualidade de vida mas também uma especificidade da AMSul nos antípodas, referenciando sobretudo condições mais materiais e de sobrevivência e uma AMLNorte que se situa em níveis intermédios de pontuação.

Quadro 1 – Ranking de factores contribuintes para a qualidade de vida¹³

Ranking de pontuações (teste de Kruskal-Wallis)	Lisboa	AMNorte	AMSul
1.º Grupo	1º Ter emprego que realize	Ter bons amigos	Ter dinheiro
	2º Bom nível de educação e cultura	Ter saúde	Família amiga
	3º Viver em liberdade	Viver em sítio agradável	Ter saúde
	4º	Família amiga	
2.º Grupo	1º Tempo para si e para a família	Tempo para si e para a família	Ter boa casa
	2º Viver em segurança	Ter emprego que realize	Participar política e civicamente
	3º Viver num bom ambiente	Ter boa casa	Viver em liberdade
	4º Ter bons amigos	Viver em segurança	Viver em sítio agradável
	5º Ter boa casa	Viver num bom ambiente	Viver num bom ambiente
	6º Ter saúde	Bom nível de educação e cultura	Ter bons amigos
	7º	Viver em liberdade	Tempo para si e para a família
3.º Grupo	1º Ter dinheiro	Ter dinheiro	Bom nível de educação e cultura
	2º Família amiga	Participar política e civicamente	Viver em segurança
	3º Participar política e civicamente		Ter emprego que realize
	4º Viver em sítio agradável		

Fonte: Inquérito sobre Qualidade de Vida na AML

¹² A explicação para esta assimetria de concepções tem de ser conjugada com o perfil social dos inquiridos nesta zona geográfica e mesmo do total da população, para podermos entrar em linha de conta com outras hipóteses explicativas como o menor grau de exigências e expectativas supostamente associadas a menores recursos económicos e culturais e a um quadro de vida talvez menos qualificado.

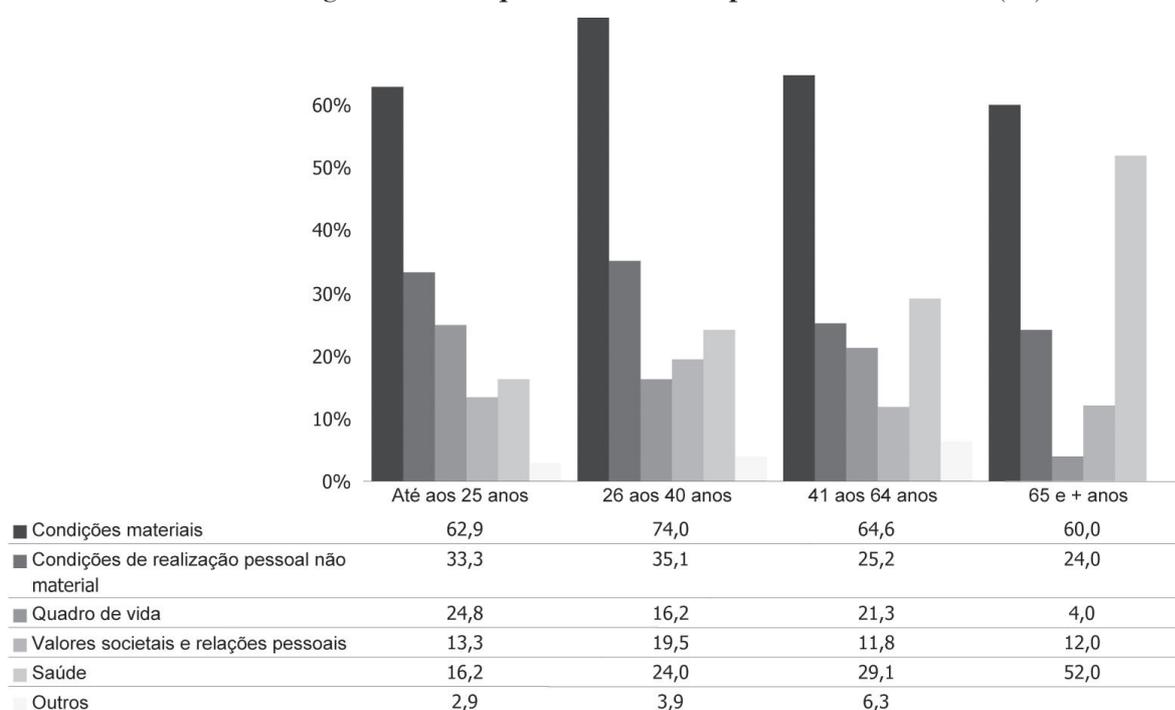
¹³ Aplicado o teste de Kruskal-Wallis, e não se tendo revelado significativo para nenhuma das variáveis em questão, procedeu-se apenas à comparação da média das ordenações de cada uma associada a cada área de residência.

**Os jovens mais exigentes
e com uma visão mais sistémica**

Parece indiciar-se nos mais jovens uma visão mais integradora, sistémica e ambiental do conceito de qualidade de vida, já que tendem a valorizar menos as condições materiais, conferindo, como contraponto, uma importância maior às condições do quadro de vida e de realização pessoal. Tal associação é entendível no quadro de maiores expectativas e menores responsabilidades sobretudo se pensarmos tratar-se de uma população que ainda não entrou ou entrou há pouco no mercado de trabalho, estando, pois, economicamente dependentes da família.

A identificação da qualidade de vida com condições de realização pessoal e do quadro de vida vai diminuindo perante escalões etários mais elevados como se pode verificar pelo Gráfico 4. É o grupo intermédio compreendido entre os 26 e 40 anos que mais associa as condições materiais à qualidade de vida, dado tratar-se de um grupo em fase de início ou de sedimentação da vida profissional e familiar que implica maiores investimentos e maiores responsabilidades nestas áreas, tornando-se esta associação mais débil à medida que subimos nos escalões etários. As condições de saúde têm, como se adivinharia, um percurso inverso, aumentando o número de referências sempre que estamos perante escalões etários mais elevados.

Gráfico 4 – Significado da qualidade de vida por escalões etários (%)



Fonte: Inquérito sobre Qualidade de Vida na AML

Uma hierarquia social subjacente às representações de qualidade de vida

Se a clivagem entre centro e periferias e a idade marcam algumas diferenciações quanto às representações de qualidade de vida, uma hierarquia social parece estar subjacente a estas representações, visível, como pode verificar-se pelo Quadro 2, numa desvalorização relativa por parte das classes mais elevadas (EDL: Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais e PTE: Profissionais Técnicos e de Enquadramento) das condições materiais e de saúde para, por outro lado, surgir com maior peso a importância conferida às condições do quadro de vida, de realização pessoal e aos valores societais e redes de relações sociais. A valorização destas dimensões indicia, por um lado, necessidades satisfeitas (susceptíveis de serem valorizadas na sua ausência), por outro, uma concepção de qualidade de vida mais abrangente que incorpora dimensões de “liveability” e necessidades de pertença menos presentes noutros grupos sociais. De facto, quer os Trabalhadores Independentes (TI) quer os Empregados Executantes (EE) retomam a prevalência das condições

materiais e de saúde como principais componentes da qualidade de vida, secundarizando as outras dimensões. Curiosamente, os Operários (O) tendem a incluir nas suas representações de qualidade de vida, além das condições materiais, dimensões destacadas pelas classes mais elevadas, como as condições do quadro de vida e a dimensão relacional e societal. Tal composição de dimensões valorizadas pode não ser surpreendente se pensarmos que os indivíduos incluídos nestas classes têm maior probabilidade de ver comprometidas as condições definidoras do seu quadro de vida, valorizando-se, então, estas condições pela negativa. Por outro lado, como estudos recentes demonstram, tende a ser maior a importância conferida às redes de relações sociais por parte de grupos sociais extremados, ainda que divirja a fonte principal de recrutamento dos parceiros destas redes. Coerentemente com o que temos vindo a analisar, é nas classes mais baixas (Empregados Executantes e Operários) que as condições de realização pessoal não materiais são menos destacadas enquanto contribuintes para a qualidade de vida.

Quadro 2 – Significado de Qualidade de Vida, segundo a Classe¹⁴

	EDL		PTE		TI		EE		O		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Condições materiais	4	2,1	60	30,9	22	11,3	85	43,8	23	11,9	194	39,8
Saúde	1	1,2	24	28,9	14	16,9	35	42,2	9	10,8	83	17,0
Quadro de vida	1	2,9	15	42,9	1	2,9	13	37,1	5	14,3	35	7,2
Condições de realização pessoal não materiais	3	2,5	55	46,2	10	8,4	40	33,6	11	9,2	119	24,4
Valores societais e relações pessoais	2	4,1	18	36,7	3	6,1	19	38,8	7	14,3	49	10,1
Outros	0	0,0	1	14,3	1	14,3	4	57,1	1	14,3	7	1,4
Total	11	2,3	173	35,5	51	10,5	196	40,2	56	11,5	487	100,0

Fonte: Inquérito sobre Qualidade de Vida na AML

¹⁴ Como a composição da amostra em termos de classes é claramente discrepante quanto ao peso de cada uma delas, a leitura dos resultados apresentados neste quadro deve ser feita tomando como referência os valores superiores ou inferiores ao peso das respostas no total da amostra.

O descentramento da noção de qualidade de vida das dimensões mais materiais e das esferas mais privadas está apenas presente nas categorias com recursos económicos, sociais e culturais que proporcionam a capacidade de orientar as representações de qualidade de vida para dimensões de “*liveability*” e para necessidades de pertença, menos presentes ou ausentes em grupos sociais mais baixos. Com se reparou, apenas os grupos sociais mais elevados valorizam as componentes da realização pessoal, o que revela outras capacidades e outras exigências e necessidades de qualidade de vida. A complexidade da realidade social torna de difícil apuramento as variáveis que isoladamente explicam um fenómeno e, neste sentido, dificilmente pode ignorar-se a influência de uma hierarquia social subjacente aos indivíduos que habitam em determinados territórios e numa situação particular do seu ciclo de vida.

A satisfação com os vários domínios da vida e a percepção da qualidade de vida: elevados níveis de satisfação e prioridade para as esferas mais privadas¹⁵

O objectivo da inclusão de dimensões analíticas como o grau de satisfação com os vários domínios da vida consiste em mostrar como os sujeitos avaliam os vários domínios da sua vida, para, num segundo momento, se avaliar o grau de satisfação com a vida em geral, tentando entender como se estrutura a percepção pessoal da qualidade de vida.

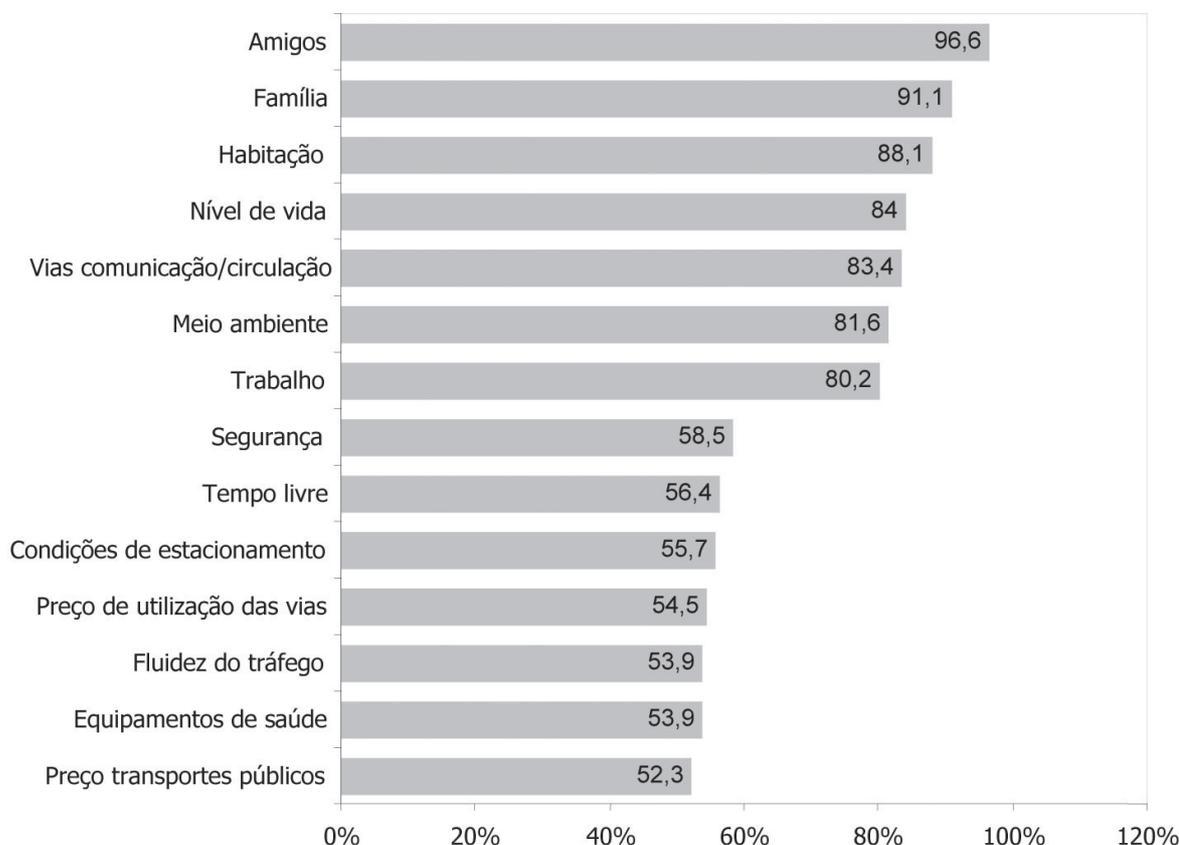
A primeira nota a destacar quanto à percepção da qualidade de vida, diz respeito aos elevados níveis de satisfação manifestados pelos inquiridos em relação aos vários domínios da sua vida. Como pode verificar-se pelo Gráfico 5, nenhum domínio merece uma apreciação positiva inferior a 50%, obtendo a maioria níveis de satisfação superiores a 80%.

Uma segunda nota importante quando se comparou a satisfação entre os vários domínios, é que

os níveis mais elevados de satisfação estão associados às esferas mais privadas da vida, isto é, à família, aos amigos e à habitação que, aliás, coincidem parcialmente com os domínios mais valorizados e supostamente mais contribuintes para a qualidade de vida pelo testemunho dos inquiridos. Tal satisfação e valorização dos domínios mais privados entender-se-á, por um lado, no contexto de recursos disponíveis que os indivíduos controlam mais facilmente, por outro, na tendência das sociedades actuais para uma individualização crescente e o correspondente centramento do que se valoriza em torno das esferas mais privadas e individuais. De menor satisfação, mas ainda com satisfação elevada, surgem aspectos relacionados com as condições de mobilidade (sobretudo a fluidez do tráfego, o preço dos transportes públicos e da utilização das vias e as condições de estacionamento), com os equipamentos de saúde, com o tempo livre disponível e com as condições de segurança, domínios que reforçam a ideia de menor satisfação com factores que definem as condições do quadro de vida mas que tinham sido secundarizados nas representações dominantes sobre o conceito de qualidade de vida.

Tais níveis de satisfação deixam prever que poderão não reflectir a diversidade das formas de “*liveability*”, a diferenciação de condições sociais ou a influência das diferentes fases do ciclo de vida. São, contudo, consistentes com estudos recentes sobre a satisfação com a vida a nível europeu (Cfr. Delhey, 2004; Albert e Fahey, 2004) onde se destaca que as pessoas tendem a estar mais satisfeitas com os domínios privados e íntimos da vida que mais facilmente podem controlar, e menos satisfeitas com domínios cujas condições não dependem dos próprios mas de políticas públicas ou da acção do mercado. Outra justificação (Cfr. Cummins, 2003) para os níveis mais elevados de satisfação com as esferas privadas é a tendência para valorizar aspectos relacionados com a auto-estima e os domínios mais pessoais, traduzida num maior grau de satisfação.

¹⁵ Os vários domínios de avaliação do grau de satisfação foram objecto de inquirição do questionário de que aqui se apresentam alguns resultados e incluem aspectos materiais como o nível de vida e a situação de trabalho; aspectos relacionais como a família e os amigos; aspectos que dizem respeito às condições do quadro de vida como as mobilidades, os equipamentos de saúde, as condições ambientais ou ainda as condições de segurança; aspectos que dizem respeito a condições de vida não materiais como o tempo livre e a habitação. A questão colocada refere-se ao grau de satisfação em relação a cada domínio numa escala que inclui as categorias: muito satisfeito, satisfeito, pouco satisfeito e nada satisfeito.

Gráfico 5 – Satisfação com os vários domínios da vida (% de muito satisfeitos/satisfeitos)

Fonte: Inquérito sobre Qualidade de Vida na AMSul

Quando cruzados os níveis de satisfação dos vários domínios com as variáveis área de residência, idade e classe, os três domínios objecto de maior satisfação: amigos, família e habitação não parecem revelar diferenças significativas nos níveis de apreciação. Já os domínios de satisfação intermédia ou de menor insatisfação acusam diferenças que vale a pena serem ressaltadas e que, globalmente, parece estarem relacionadas ou com aspectos não satisfeitos ou com uma lógica de maiores exigências suportadas pelos indivíduos em questão.

Particularizando, os níveis de satisfação em relação a alguns domínios parecem traduzir efectivamente clivagens territoriais e/ou sociais que tendem a associar condições menos favoráveis de vida. Em relação a outros domínios, a apreciação parece derivar de noções distintas de qualidade de vida que têm subjacente um quadro de maiores exigências e de outras necessidades de qualidade de vida. Por exemplo, a apreciação em relação ao

nível de vida, ao induzir sentimentos menos satisfatórios na AMSul, decrescendo os níveis de satisfação com a idade e reflectindo uma gradação de classes, parece revelar uma apreciação menos favorável associada a menores níveis de vida. O mesmo podemos dizer em relação às condições de mobilidade e de segurança que parecem reflectir uma diferenciação de condições de vida, ao associar níveis menores de satisfação aos residentes na AMSul, aos escalões etários mais elevados e às classes menos elevadas, podendo significar piores condições objectivas nestes domínios.

Já os níveis de satisfação em relação ao trabalho e ao tempo livre, embora parcialmente possam demonstrar a associação entre níveis menores de satisfação e condições menos favoráveis (é o caso da menor satisfação em relação ao trabalho por parte dos mais novos com uma situação profissional provavelmente mais instável ou a insatisfação face aos tempos livres manifestada pelo residentes da AMSul, mais dependentes das con-

dições de mobilidades, e pelo grupo dos activos cujo tempo livre pode estar efectivamente comprometido pela ocupação no trabalho), revelam também uma concepção do trabalho e do tempo livre enquanto dimensões da qualidade de vida que se insere num quadro de maiores exigências e de maiores expectativas. Repare-se na maior insatisfação face ao trabalho por parte dos habitantes do centro da metrópole, um território que reúne precisamente uma estrutura ocupacional de maiores qualificações e por parte das classes mais elevadas a manifestarem também maior insatisfação face ao tempo livre disponível, pelas prováveis implicações de um trabalho mais exigente,

de maiores responsabilidades e maior absorção do tempo livre.

Já a satisfação face às condições do meio ambiente parece seguir uma lógica inversa à reflectida pela satisfação em relação às condições de mobilidade e de segurança. A menor satisfação por parte dos habitantes de Lisboa, dos mais novos e das classes mais elevadas parece compreender-se pela noção de qualidade de vida apresentada por estes grupos, mais abrangente e sistémica, onde se notava uma preocupação e valorização maiores das componentes do quadro de vida e de onde se destacava, justamente, a preocupação pelas questões ambientais.

Quadro 3 – Satisfação com os vários domínios por área de residência, idade e classe
(% de muito satisfeitos/satisfeitos)

%	Habituação	Família	Amigos	Trabalho	Meio Ambiente	Segurança	Nível de vida	Tempo Livre	Mobilidade	Equipamentos saúde
Área residência										
Lisboa	86,7	90,2	96,4	75,1	70,9	60,7	82,3	60,2	72,2	58,6
AMNorte	86,1	93,2	95,5	85,1	84,9	60,7	88,3	59,5	62,1	51,2
AMSul	92,5	88,1	95,0	77,4	85,7	54,7	78,2	50,8	57,0	54,9
Idade										
Até 25 anos	81,7	98,6	99,0	78,9	76,9	68,0	89,5	65,0	59,9	46,1
26-40 anos	89,5	88,5	97,5	79,4	79,4	63,5	83,6	47,9	62,6	55,4
41-65 anos	92,3	95,3	91,4	86,1	86,1	50,8	81,4	56,6	56,9	57,2
65 e mais anos	85,7	96,3	92,3	89,4	89,4	32,2	78,6	86,6	53,7	58,2
Classe										
EDL	100,0	94,1	88,2	78,6	76,4	76,5	100,0	47,1	67,2	52,9
PTE	91,9	83,2	98,0	86,1	80,7	71,2	91,6	59,2	65,0	51,6
EE	86,9	91,2	96,6	73,4	78,4	52,7	80,0	49,3	55,0	53,0
TI	81,4	82,8	95,2	100,0	83,3	32,1	78,6	69,8	54,8	52,3
O	80,8	81,3	89,6	68,9	87,6	39,2	76,6	55,3	55,1	53,7

Fonte: Inquérito sobre Qualidade de Vida na AML

Quando considerados os três domínios de maior e menor satisfação, ainda que cruzados com mesmas variáveis, parecem espelhar uma realidade mais uniforme e independente das variáveis consideradas. Como pode observar-se pelo Quadro 4, os três domínios de maior satisfação repetem-se quase uniformemente pelas diferentes zonas de residência, escalões etários e classes sociais, evidenciando que os níveis de satisfação mais elevados

estão relacionados com as esferas mais privadas da vida. Também os três domínios objecto de menor satisfação se reproduzem com igual uniformidade, reflectindo, embora, combinações diferentes de quatro aspectos que definem as condições de vida, podendo, assim, afectar positiva ou negativamente a qualidade de vida: a segurança, as condições de mobilidade, os equipamentos de saúde e o tempo livre.

Quadro 4 – Domínios de maior e menor satisfação por área de residência, idade e classe

%	1.º Domínio de maior satisfação	2º	3º	8º	9º	10.º Domínio de menor satisfação
Área residência						
Lisboa	Amigos	Família	Habitação	Segurança	Tempo livre	Equip. saúde
AMNorte	Amigos	Família	Nível de vida	Segurança	Tempo livre	Equip. saúde
AMSul	Amigos	Habitação	Família	Equip. saúde	Segurança	Tempo livre
Idade						
Até 25 anos	Amigos	Família	Nível de vida	Tempo livre	Mobilidades	Equip. saúde
26-40 anos	Amigos	Habitação	Família	Tempo livre	Equip. saúde	Mobilidades
41-65 anos	Família	Habitação	Amigos	Mobilidades	Tempo Livre	Segurança
65 e mais anos	Família	Amigos	Meio Ambiente	Equip. saúde	Mobilidades	Segurança
Classe						
EDL	Habitação	Nível de vida	Família	Mobilidades	Equip. saúde	Tempo livre
PTE	Amigos	Habitação	Trabalho	Mobilidades	Tempo Livre	Equip. saúde
EE	Amigos	Família	Habitação	Equip. saúde	Segurança	Tempo Livre
TI	Trabalho	Amigos	Família	Mobilidades	Equip. saúde	Segurança
O	Amigos	Meio ambiente	Família	Mobilidades	Equip. saúde	Segurança
Total Amostra	Amigos	Família	Habitação	Segurança	Tempo Livre	Equip. saúde

Fonte: Inquérito sobre Qualidade de Vida na AML

A percepção pessoal da qualidade de vida: uma desconcórdância entre a satisfação elevada com a vida em geral e o autoposicionamento na qualidade de vida

O indicador “satisfação com a vida” tem sido utilizado na literatura sobre percepção subjectiva da qualidade de vida ou bem-estar subjectivo como o testemunho individual mais compreensivo das condições de vida, embora se reconheça a sua relativa independência de circunstâncias objectivas e a influência dos níveis de aspirações, expectativas e comparações sociais e temporais¹⁶.

Tal como observámos elevados níveis de satisfação em relação à maior parte dos domínios, também os níveis de satisfação com a vida em geral podem ser considerados elevados. Como pode verificar-se pelo Gráfico 6, os respondentes desta inquirição declaram-se muito satisfeitos ou satis-

feitos com a sua vida numa percentagem que atinge os 75%, embora manifeste praticamente 1/4 o seu descontentamento. Curiosamente, esta satisfação esbarra com um não muito elevado nível na auto-classificação da sua qualidade de vida¹⁷, com uma apreciação pouco positiva da evolução da qualidade de vida quando comparada com os últimos três anos e com uma assinalável ausência de perspectivas em relação à evolução futura.

Contudo, estes níveis de satisfação são coerentes com os resultados obtidos pelo referido estudo de Delhey (2004) que coloca Portugal, em termos de satisfação, na 18.ª posição num conjunto de 28 países europeus, ainda assim com um grau de satisfação que atinge os 73%, como pode observar-se pelo Gráfico 7. Apesar da constatação de que os níveis mais elevados de satisfação estão associados aos países mais ricos, supostamente com melhores condições de vida, oferecendo aos seus

¹⁶ Como para cada domínio em análise, perguntava-se aos inquiridos o grau de satisfação com a vida em geral numa escala que compreendia os níveis: muito satisfeito, satisfeito, pouco satisfeito e nada satisfeito. A acrescentar a este indicador, era igualmente proposta uma auto-classificação no nível de qualidade de vida. Pedia-se aos inquiridos para, utilizando uma escala de 0 a 10 em que 0 é nula qualidade de vida e 10 máxima qualidade de vida, se posicionassem em termos da sua qualidade de vida.

¹⁷ A média situa-se em 6,8. Estando acima da posição média da escala, não revela uma auto-classificação coerente com o grau da satisfação manifestado em relação à vida de que se usufrui.

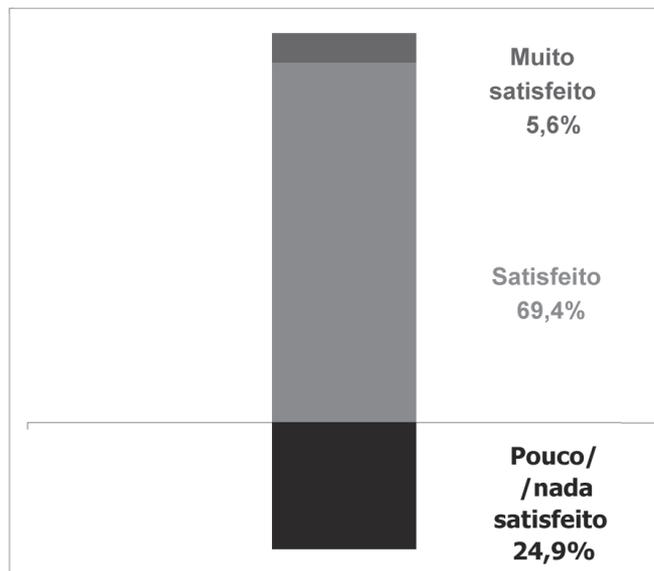
habitantes a possibilidade de um preenchimento das suas necessidades mais abrangente, como é o caso da Dinamarca, da Holanda, do Luxemburgo ou da Suécia¹⁸ e, mais genericamente, dos países do Norte da Europa, o autor reconhece que a clivagem nos níveis de satisfação não é tão substantiva quanto a diferença objectiva das suas condições de vida. Repare-se que apenas 3 dos 28 países em análise mostram níveis de satisfação inferiores a 50% (Letónia, Roménia e Bulgária). Tal constatação obriga a reconhecer o possível desfasamento entre condições objectivas de vida e níveis de satisfação, apelando a outras hipóteses explicativas que remetem para os níveis de aspirações, expectativas, para a lógica de comparações sociais e temporais potencialmente intervenientes na construção de uma noção de qualidade de vida que suporta níveis de necessidades e exigências muito diversificados, como vimos anteriormente¹⁹.

Também na presente pesquisa, os elevados níveis de satisfação encontrados deixam entrever que podem não reflectir exactamente a diversida-

de das formas de *liveability* inerentes aos vários territórios em análise, a diferenciação das condições de vida individuais ou a influência da fase do ciclo de vida.

De facto, quando cruzados os níveis de satisfação com a vida em geral e o auto-posicionamento no nível de qualidade de vida com as variáveis zona de residência, classe e idade, ainda que haja diferenças nas formas de apreciação a seguir analisadas mais detalhadamente, estas não demarcam substantivamente os níveis de satisfação nem geram clivagens importantes ao nível dos territórios ou dos grupos em análise. Como vimos no ponto anterior, os domínios objecto de maior satisfação são precisamente os relacionados com a vida privada, sujeitos, portanto, a uma menor diversidade de condições. Acrescente-se uma noção de qualidade de vida predominantemente autocentrada, dominada pela prevalência das condições materiais e de saúde e secundarizando os factores que definem o quadro de vida e entender-se-á melhor esta nivelção do grau de satisfação com a vida em geral.

Gráfico 6 – Satisfação com a vida em geral (%)

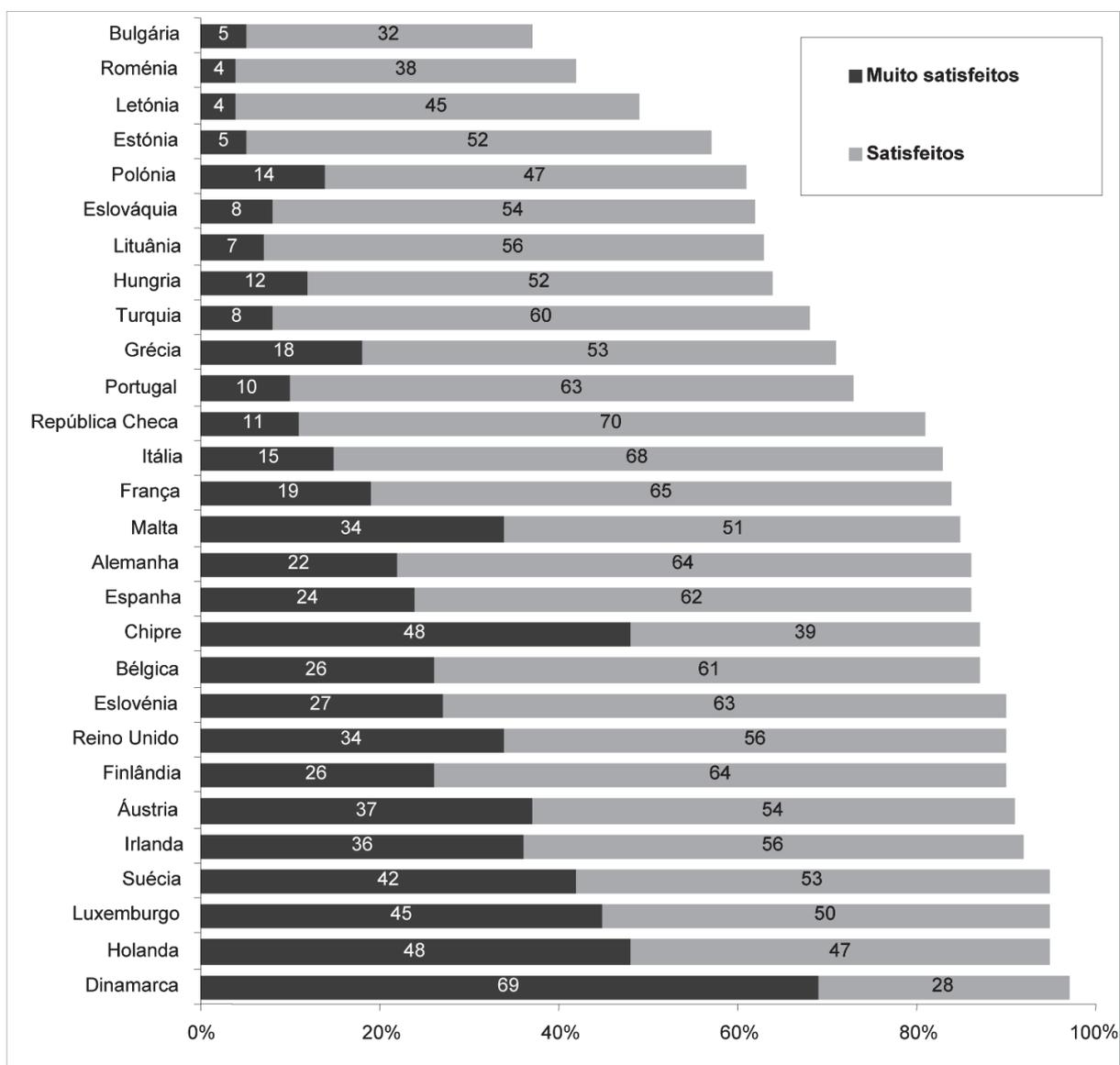


Fonte: Inquérito sobre Qualidade de Vida na AML

¹⁸ Esta constatação e este ranking de países são confirmados por outros estudos usando diferentes bases de dados como seja o de Fahey e Smith, 2003.

¹⁹ A comprovar esta hipótese, o mesmo estudo reconhece que a evolução positiva do nível de vida em muitos dos países europeus não teve correspondência em termos de um aumento médio da qualidade de vida subjectiva permanecendo em níveis estáveis durante mais de três décadas. A elevação das aspirações parece ser a chave do entendimento deste paradoxo (Cfr. Easterlin, 2001).

**Gráfico 7 – Satisfação com a vida em geral em 28 países Europeus
(% de população satisfeita/muito satisfeita)**



Fonte: retirado de Delhey, J., 2004

Tais níveis de satisfação confrontam-se com uma auto-classificação não muito elevada no nível de qualidade de vida. Os habitantes do centro da metrópole, que haviam mostrado uma noção mais abrangente e exigente de qualidade de vida, valorizando relativamente mais as condições de realização pessoal e do quadro de vida, são, curiosamente, os que demonstram níveis menores de

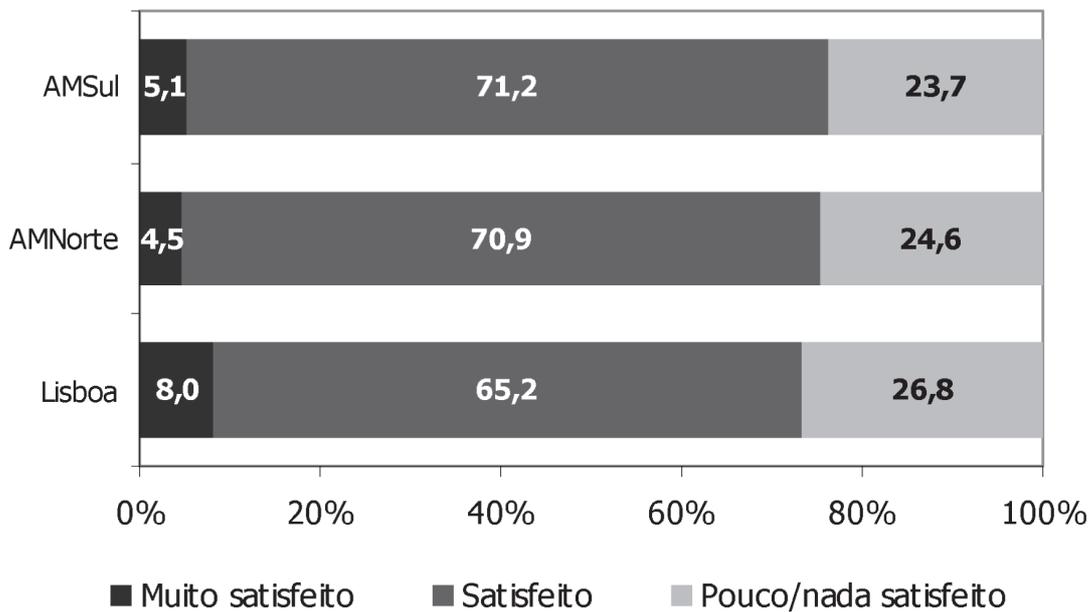
satisfação com a sua vida, coerentemente com um autoposicionamento médio inferior também no nível de qualidade de vida. Dois factores poderão fornecer hipóteses explicativas para esta aparente dissonância. Por um lado, Lisboa aparece como o território mais dualizado do ponto de vista social, notório na forte polaridade de níveis de vida, de estrutura de qualificações e profissões; por outro,

os seus habitantes revelam níveis maiores de exigências e expectativas, sendo visível na própria concepção de qualidade de vida. Assim, uma satisfação menor com a vida, acompanhada de um auto-posicionamento médio inferior no caso dos habitantes do centro da metrópole, pode significar o efeito combinado de menores níveis de vida associados a determinados grupos sociais e de maiores exigências num quadro de vida mais qualificado associado a uma elite de urbanitas. Repare-se ainda como Lisboa apresenta os resultados mais polarizados da amostra, com uma percentagem maior quer dos muito satisfeitos quer dos insatisfeitos, relativamente às duas outras áreas de residência.

Outro tanto pode verificar-se aquando da associação da variável classe. Se, na percepção da qualidade de vida, está subjacente uma hierarquia social (o autopoicionamento no nível de qualidade de vida é crescente com a elevação dos grupos

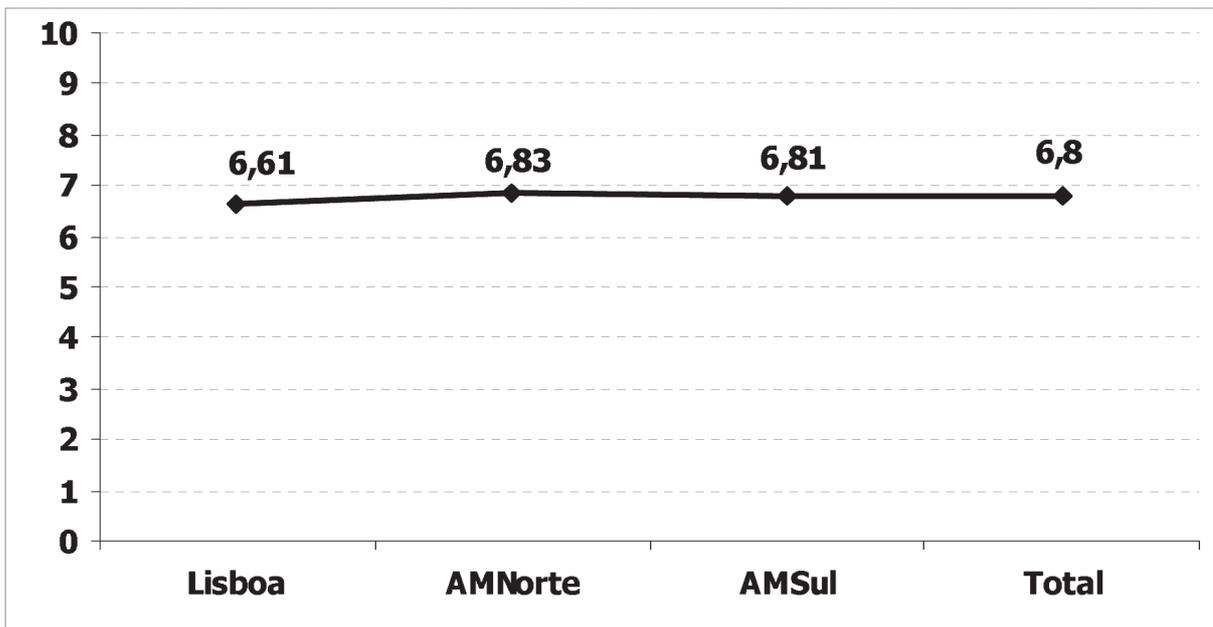
sociais), esta hierarquia é menos notória nos níveis de satisfação demonstrados (se os EDL são os mais satisfeitos, PTE e Operários manifestam praticamente os mesmos níveis de satisfação), o que dá corpo à hipótese de os níveis de satisfação não reflectirem exactamente as condições objectivas de vida, embora delas possam depender, apelando à intervenção de outras variáveis como o papel explicativo da lógica de formação de aspirações e expectativas, de experiências e de trajectórias de vida na compreensão do bem-estar subjectivo. Já no ponto anterior se tinha manifestado a ideia de os elevados níveis de satisfação apresentados pelo total da amostra tenderem a não reflectir a diferenciação de condições objectivas de vida subjacentes aos vários grupos e territórios. A ausência de relação no cruzamento entre a satisfação com a vida e a estrutura de classes acentua claramente esta ideia.

Gráfico 8 – Satisfação com a vida por área de residência (%)



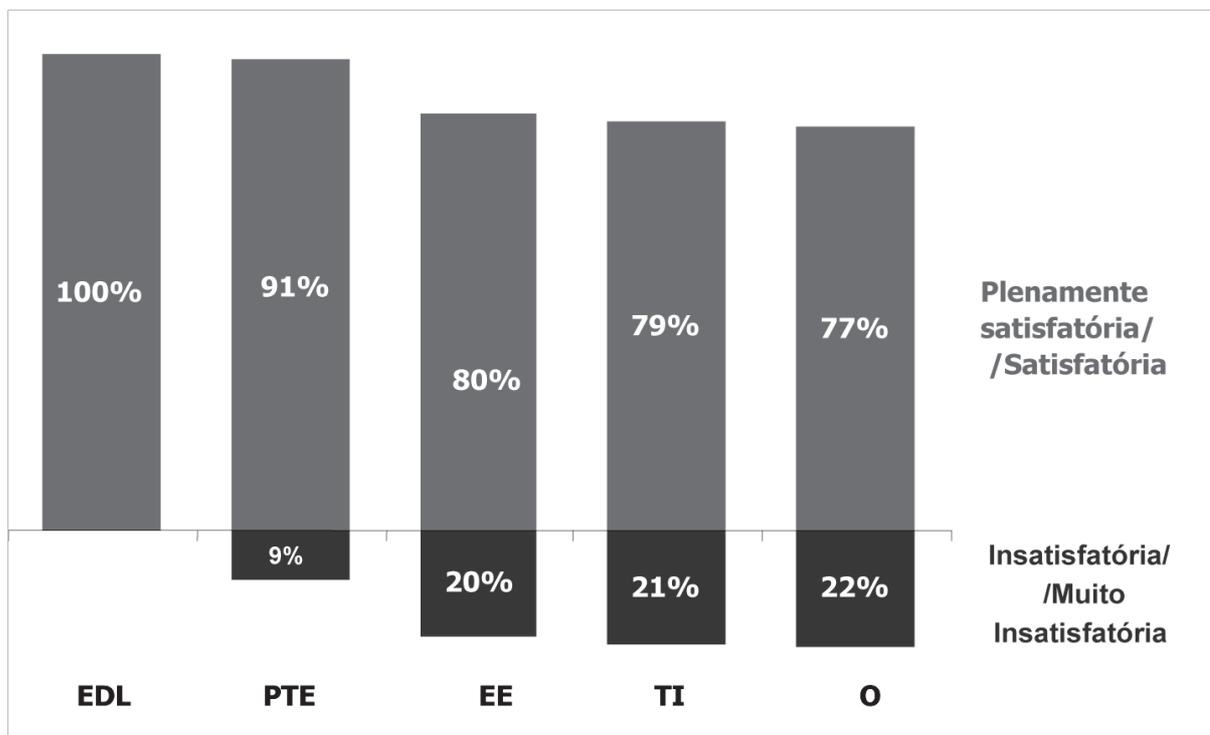
Fonte: Inquérito sobre Qualidade de Vida na AML

Gráfico 9 – Autoposicionamento no nível de qualidade de vida por área de residência

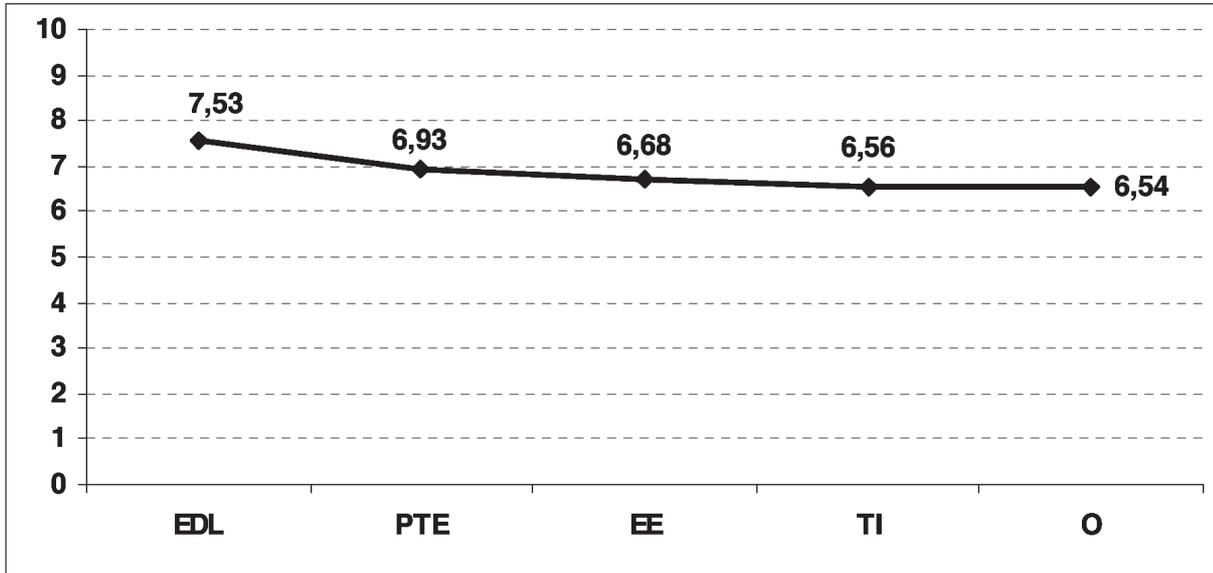


Fonte: Inquérito sobre Qualidade de Vida na AML

Gráfico 10 – Satisfação com a vida por classe (%)



Fonte: Inquérito sobre Qualidade de Vida na AML

Gráfico 11 – Autoposicionamento no nível de qualidade de vida por classe (%)

Fonte: Inquérito sobre Qualidade de Vida na AML

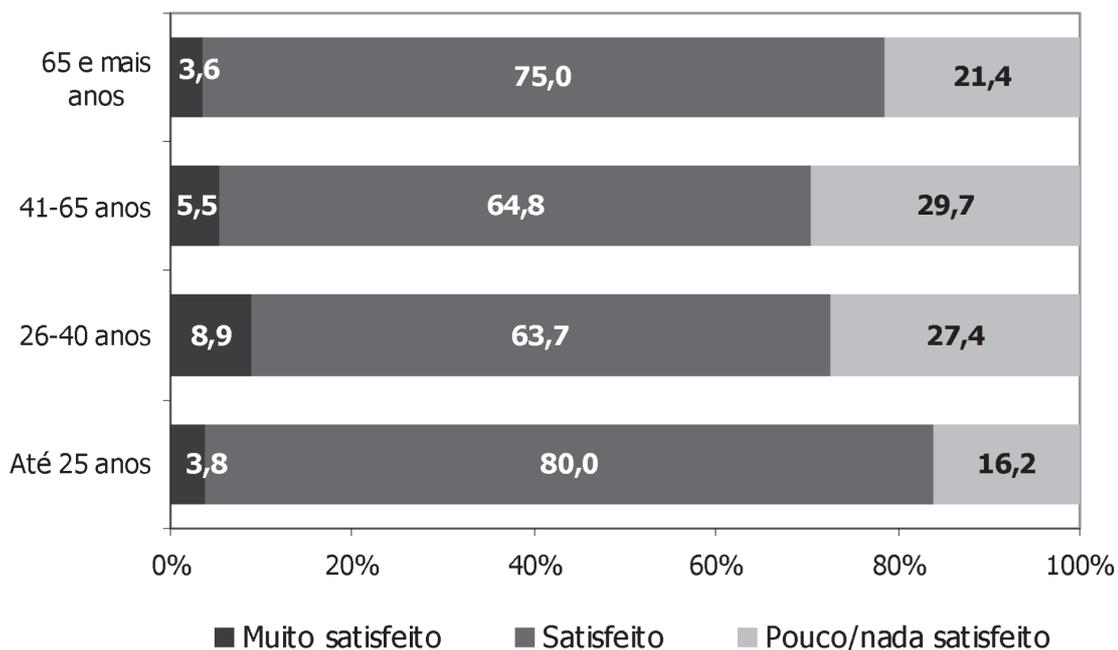
A fase do ciclo de vida aqui representada nos vários escalões etários, parece uma variável mais profícua no entendimento dos níveis de satisfação em relação à vida. Se a satisfação com a vida cruzada com a idade fosse representada através de uma linha geométrica, essa linha teria a forma de U, em que a mais elevada satisfação está associada ao escalão etário mais baixo (até 25 anos) para decrescer nos dois escalões seguintes que compreendem indivíduos dos 26 aos 40 e dos 41 aos 65 anos e voltar a subir no último escalão (65 anos e mais anos), tal como é visível no Gráfico 12. Os menos satisfeitos estão, assim, representados no grande grupo dos activos, situação que obviamente implica maiores investimentos e maiores responsabilidades na vida profissional, menor disponibilidade de tempo, a que acresce a fase do ciclo de vida familiar também com maiores investimentos e maiores responsabilidades.

Contudo, o nível de satisfação é descoincidente com a percepção do nível de qualidade de vida. Se observarmos o Gráfico 13, os que se autoposicionam de forma mais favorável no nível da qualidade de vida, estão representados no escalão

41-65 anos, seguidos do escalão até aos 25 anos. No primeiro caso, pode colocar-se a hipótese de a percepção pessoal de um nível de qualidade de vida mais elevado estar associada a um ciclo de vida já sedimentado do ponto de vista familiar e profissional; no segundo, as expectativas de realização pessoal e profissional elevadas, próprias dos indivíduos mais jovens.

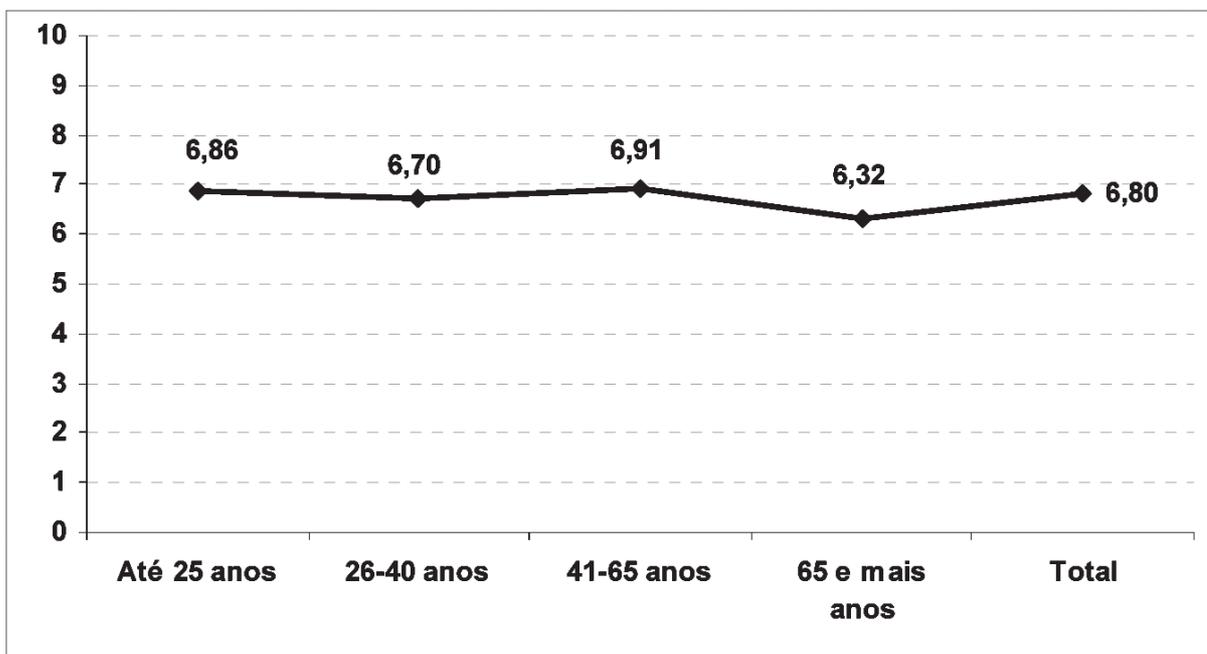
A percepção de menores níveis de qualidade de vida coincide, por um lado, com o escalão intermédio entre os 26 e 40 anos, idade de maiores investimentos em todas as dimensões da vida e de necessidade de maiores recursos; por outro, com o escalão etário mais elevado em que provavelmente começam a aparecer factores que contribuem negativamente para a qualidade de vida, como a ausência de saúde, família, menores recursos financeiros, etc. Curiosamente, este tinha sido o 2.º grupo etário em termos de satisfação com a vida, podendo indiciar uma tendência maior a demonstrar comportamentos adaptativos nesta fase do ciclo de vida, inclusive pela ausência de expectativas própria deste grupo etário.

Gráfico 12 – Satisfação com a vida por escalões etários (%)



Fonte: Inquérito sobre Qualidade de Vida na AML

Gráfico 13 – Autoposicionamento no nível de qualidade de vida por escalões etários



Fonte: Inquérito sobre Qualidade de Vida na AML

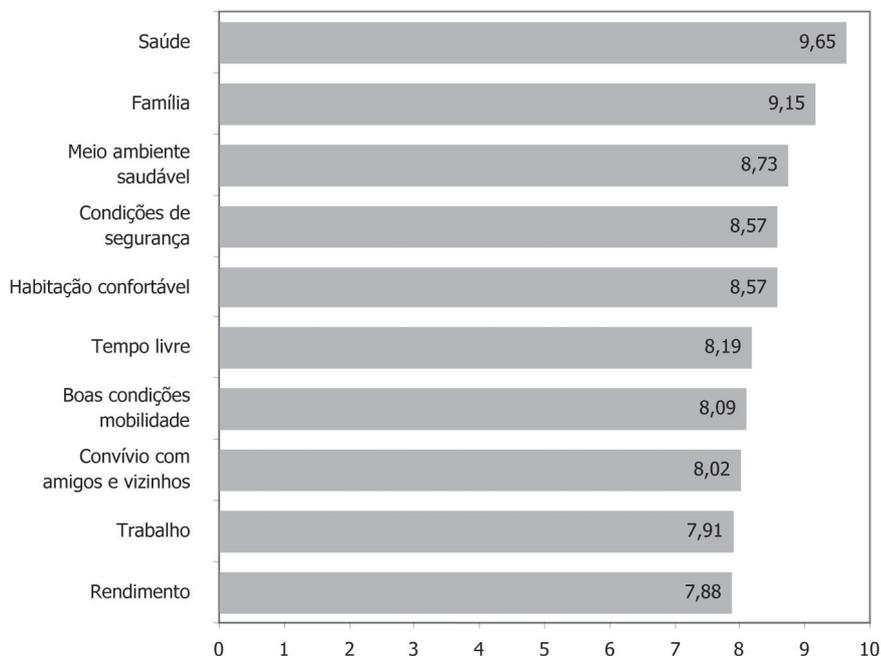
Os determinantes da qualidade de vida pelo testemunho dos indivíduos: prioridade para os domínios mais privados e pessoais

Pelo testemunho directo dos indivíduos quanto aos factores que mais contribuem para a sua qualidade de vida²⁰, os domínios mais privados continuam a aparecer como os mais determinantes. A saúde e a família, como pode observar-se pelo Gráfico 14, são os domínios mais pontuados (acima de 9) e, assim, os que potencialmente mais contribuem para a qualidade de vida. Pontuados com valores entre 8 e 9, são visíveis factores relacionados com o quadro de vida, como as condições do meio ambiente, de segurança, de mobilidade; dimensões de condições pessoais, como a habitação ou o tempo livre, e dimensões relacionais, como o convívio com amigos e vizinhos. Nos aspectos menos pontuados (entre 7 e menos de 8) aparecem alguns dos domínios que mais poderão influenciar a qualidade de vida, como o trabalho e o rendimento. A menor pontuação destes aspectos pode significar que, neste momento, representam um contributo

menor para a qualidade de vida dos indivíduos. Parece, por isso, legítima a interpretação de que melhores condições nestes níveis poderão significar um acréscimo na qualidade de vida.

A comparação destes resultados com os estudos a nível europeu que temos vindo a referir confirma a importância dos domínios saúde e família que coincidem também nos três primeiros lugares para o conjunto dos países considerados e, especificamente no caso português, onde ocupam os dois primeiros lugares (Cfr. Delhey, 2004, p. 39)²¹. Este centramento nas esferas mais pessoais como principais contributos para a qualidade de vida pessoal já havia sido confirmado por Easterlin quando refere: “em qualquer lugar, as preocupações dominantes na vida das pessoas são construir uma vida, a vida familiar e a saúde e são estas preocupações que ordinariamente determinam a forma de sentir das pessoas” (Easterlin, 2001, p. 466). Uma vez mais estamos perante o reconhecimento de serem os recursos mais facilmente controláveis pelos indivíduos os que potencialmente mais contribuem e interferem na sua qualidade de vida.

Gráfico 14 – Factores determinantes para a qualidade de vida (média das pontuações)



Fonte: Inquérito sobre Qualidade de Vida na AML

²⁰ Pedia-se aos inquiridos para pontuarem uma lista de 13 domínios contribuintes da qualidade de vida, utilizando uma escala de 0 a 10.

²¹ O 3.º lugar para Portugal, neste mesmo estudo, é ocupado pelo rendimento, factor que aparece em 2.º lugar no conjunto dos países considerados, não deixando de ser um dado discrepante com os resultados obtidos nesta inquirição, por o rendimento ocupar, justamente, a posição menos pontuada.

Quando comparados os factores determinantes da qualidade de vida com as variáveis área de residência, idade e classe, os resultados apurados não se revelam muito discriminantes face a estas variáveis, como pode verificar-se pelo Quadro 5. A lógica de pontuação reproduz-se de forma quase idêntica para todos os domínios, sobretudo em relação aos mais valorizados. A excepção parece estar, coerentemente com a importância conferida à família, na variação que este domínio apresenta quando relacionado com a idade cuja valorização é crescente à medida que se sobe no escalão etário. O mesmo acontece com a saúde que, por sua vez, apresenta uma contribuição decrescente para a qualidade de vida em função da elevação da classe.

A segurança é um dos factores que traduz maior variação no seu contributo para a qualidade de vida quando cruzado com estas variáveis. Este factor é mais valorizado nas AMNorte e AMSul, a sua importância é crescente com a idade e decrescente com a gradação de classes, fazendo supor que é valorizada pela negativa e que, neste sentido, uma melhoria nas condições de segurança su-

postamente implicaria um acréscimo de qualidade de vida. Na mesma lógica, a importância conferida às mobilidades apresenta também algumas diferenciações, sendo relativamente mais valorizadas pelos residentes das duas áreas periféricas, pelos mais novos (mais dependentes das condições de mobilidade) e pela classe mais baixa, o Operariado. Ao tempo livre é também atribuída maior importância pelos mais novos, o mesmo se verificando em relação ao trabalho, podendo traduzir maiores expectativas em relação a estes domínios.

Curiosamente, o rendimento, objecto de menor pontuação, como reparámos, no conjunto da amostra, apresenta apenas valores significativos acima da média quando relacionado com a classe e justamente nos extremos da hierarquia social, equivalendo a dizer que a importância relativa deste factor é maior para os EDL e para os O, o que pode traduzir a ambiguidade no modo como é formulada esta questão, pois se no primeiro caso a pontuação obtida pelo rendimento pode ser interpretada como contributo positivo para a qualidade de vida, já no segundo, a leitura pode ser feita pela inversa.

Quadro 5 – Factores determinantes para a qualidade de vida por área de residência, idade e classe (média das pontuações)

%	Habituação	Família	Convívio Amigos/vizinhos	Trabalho	Meio Ambiente	Segurança	Nível de vida	Tempo Livre	Mobilidade	Equip. Saúde
Área residência										
Lisboa	8,53	9,17	8,15	7,99	8,63	8,34	7,87	8,19	7,99	9,63
AMNorte	8,51	9,23	8,03	7,91	8,74	8,67	7,93	8,05	8,13	9,68
AMSul	8,74	9,01	7,87	7,83	8,86	8,70	7,82	7,85	8,15	9,62
Idade										
Até 25 anos	8,64	8,95	8,66	8,27	8,70	8,31	8,02	8,16	8,18	9,59
26-40 anos	8,64	9,03	7,99	7,88	8,75	8,60	7,76	8,20	8,14	9,57
41-65 anos	8,59	9,38	7,61	7,84	8,74	8,70	7,89	7,75	8,01	9,80
65 e mais anos	7,82	9,59	7,79	7,04	8,68	8,75	7,93	7,64	7,74	9,71
Classe										
EDL	8,38	9,75	8,25	8,00	7,87	7,14	8,38	7,78	7,25	9,50
PTE	8,79	9,20	7,88	7,73	8,63	8,41	7,65	8,21	8,07	9,54
EE	8,57	9,22	7,89	7,74	8,93	8,71	7,98	7,98	8,08	9,70
TI	8,36	9,56	8,18	8,30	8,91	9,12	7,61	7,88	7,64	9,94
O	8,32	8,91	7,76	8,11	8,76	8,85	8,76	8,08	8,24	9,85

Fonte: Inquérito sobre Qualidade de Vida na AML

O apuramento dos três factores de maior e menor contribuição para a qualidade de vida uniformiza de novo os distintos territórios, grupos sociais e escalões etários. A prioridade da saúde, da família, seguida do meio ambiente é comum a todos os grupos, salvo para os EDL e PTE, que substituem a importância conferida ao meio ambiente

pela habitação. Já os domínios que supostamente menos contribuem para a qualidade de vida, quando relacionados com as variáveis referidas, resultam de uma combinação de cinco dimensões que se conjugam de forma diferenciada: trabalho, rendimento, mobilidades, tempo livre e amigos/vizinhos.

Quadro 6 – Factores de maior e menor importância para a qualidade de vida

%	1.º Domínio de maior satisfação	2.º	3.º	8.º	9.º	10.º Domínio de menor satisfação
Área residência						
Lisboa	saúde	família	ambiente	trabalho	mobilidades	rendimento
AMNorte	saúde	família	ambiente	amigos/vizinhos	rendimento	trabalho
AMSul	saúde	família	ambiente	tempo livre	trabalho	rendimento
Idade						
Até 25 anos	saúde	família	ambiente	mobilidades	trabalho	rendimento
26-40 anos	saúde	família	ambiente	amigos/vizinhos	trabalho	rendimento
41-65 anos	saúde	família	ambiente	trabalho	tempo livre	amigos/vizinhos
65 e mais anos	saúde	família	segurança	mobilidades	Tempo livre	trabalho
Classe						
EDL	família	saúde	habitação	tempo livre	mobilidades	segurança
PTE	saúde	família	habitação	amigos/vizinhos	trabalho	rendimento
EE	saúde	família	ambiente	rendimento	amigos	trabalho
TI	saúde	família	ambiente	amigos/vizinhos	mobilidades	rendimento
O	saúde	família	ambiente	trabalho	tempo livre	amigos/vizinhos
Total Amostra	saúde	família	ambiente	Amigos/vizinhos	Trabalho	rendimento

Fonte: Inquérito sobre Qualidade de Vida na AML

Um método indirecto: inferir os determinantes da qualidade de vida

O uso de técnicas de correlação linear simples²² e do modelo regressional multivariado²³ apresentam uma alternativa para encontrar os domínios de maior influência num acréscimo da qualidade de vida subjectiva, independentemente da opinião directa dos inquiridos²⁴. Por qualquer das técnicas utilizadas, infere-se que, quanto maior for a correlação entre a satisfação com um domínio e o

posicionamento no nível de qualidade de vida, mais este domínio tem influência e importância para a qualidade de vida, fazendo supor que uma melhoria nas condições dos domínios mais correlacionados terá um impacto positivo na percepção do nível de qualidade de vida.

O gráfico seguinte mostra os resultados da correlação linear simples. Como pode verificar-se, os domínios mais correlacionados diferem dos domínios aos quais os inquiridos tinham atribuído maior importância. A habitação e o nível de vida,

²² Utilizou-se o Coeficiente de correlação linear de Spearman's (não paramétrico p), pois embora todas as variáveis se encontrassem medidas em escala tipo Lickert, em algumas delas o n.º de categorias consideradas pelos respondentes era inferior a 4.

²³ No modelo de regressão, optou-se por excluir a variável referente ao domínio das relações sociais pelo motivo anteriormente apontado. Apenas se incluíram os domínios com Sig. igual ou superior a 0,1.

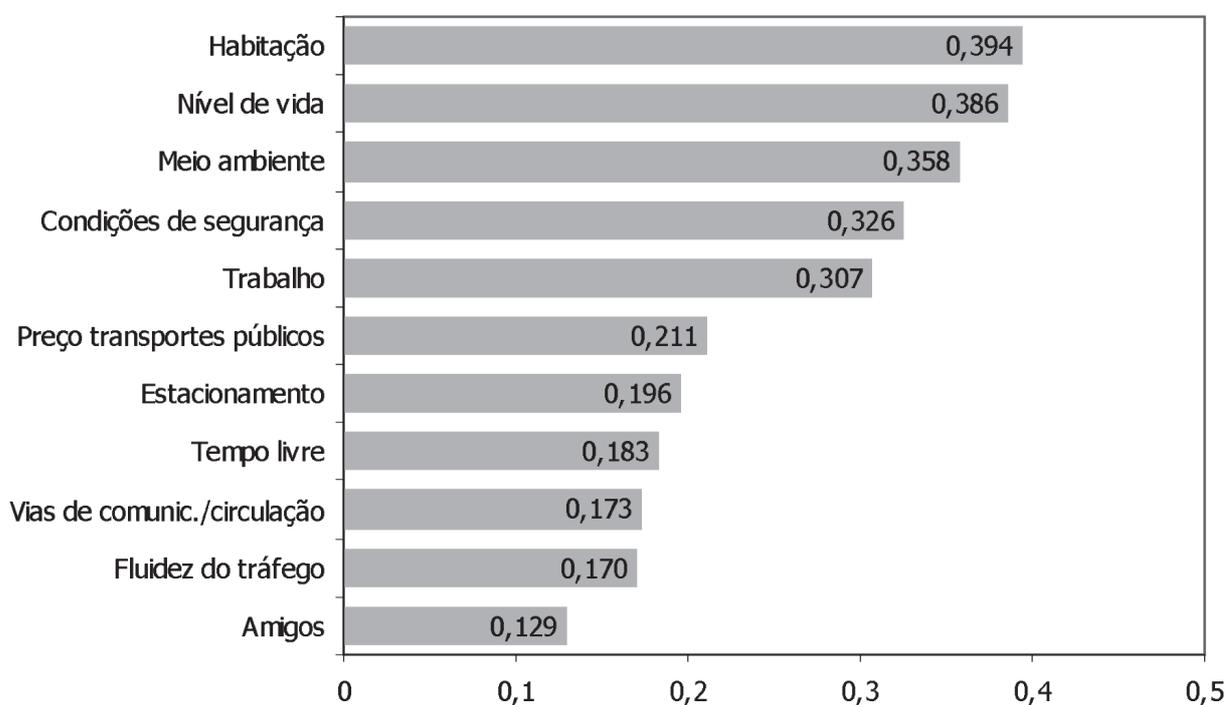
²⁴ Neste sentido, optou-se por fazer inicialmente uma correlação entre a satisfação com os vários domínios e o posicionamento no nível de qualidade de vida para, posteriormente, se ensaiar um modelo regressional multivariado tomando em conta as mesmas variáveis, em que as primeiras são consideradas independentes.

seguidos do meio ambiente, das condições de segurança e do trabalho aparecem como os domínios mais fortemente correlacionados com o posicionamento no nível de qualidade de vida, retomando, de certa forma, os factores a que se tinha predominantemente associado a noção de qualidade de vida (a dimensão do “*Having*”, polarizada pelas questões materiais e da habitação), domínios onde estão agora presentes factores que definem impor-

tantes dimensões de “*liveability*”, como as condições do meio ambiente e de segurança, dimensões, como vimos, menos marcantes nas representações sobre o conceito de qualidade de vida.

O modelo regressional multivariado confirma os resultados obtidos pela correlação linear simples, apurando três factores que mais explicam a qualidade de vida: o nível de vida, a habitação e o meio ambiente pela ordem referida.

Gráfico 15 – Correlação entre satisfação com domínios e percepção da qualidade de vida (Coeficiente de correlação de Spearman’s²⁵)



Fonte: Inquérito sobre Qualidade de Vida na AML

²⁵ Apenas se incluíram os domínios com Sig. igual ou superior a 0,1.

Duas questões emergentes na qualidade de vida: o ambiente e a (in)segurança

Ainda que, enquanto dimensões de “*liveability*”, não estivessem, como se viu, muito presentes nas representações sobre o conceito de qualidade de vida, as condições ambientais e de segurança emergem como factores estruturantes da qualidade de vida na avaliação feita pelos sujeitos das suas condições e da sua qualidade de vida, o que se compreende dado o território em análise e a pertinência destas questões hoje associadas às grandes metrópoles.

Contudo, as condições ambientais são apreciadas de forma paradoxal. Se, por um lado, encontramos uma satisfação geral face às condições do meio ambiente, por outro, são apontadas como um dos factores mais problemáticos da zona de residência, sobretudo em Lisboa, coincidindo também com níveis menos elevados de satisfação. A importância das condições ambientais para a qualidade de vida emerge quando surgem em 3.º lugar no conjunto dos domínios determinantes da qualidade de vida e no mesmo lugar na hierarquia de factores correlacionados com o autopoicionamento na qualidade de vida (quer pelo coeficiente de Spearman, quer através do modelo regressional multivariado).

Já a questão da segurança, ao contrário das condições ambientais, é objecto de um dos níveis menores de satisfação, coerentemente com a apreciação dos inquiridos sobre os problemas da zona de residência, onde se destacam as condições de insegurança. Acrescente-se que este domínio, como foi visto, é ainda percebido como um dos que mais podem influenciar a qualidade de vida, logo a seguir à saúde, à família e ao meio ambiente.

A apreciação destas duas dimensões parece seguir, contudo, uma lógica inversa. Enquanto as apreciações mais negativas das condições de segurança na zona de residência e o nível mais elevado de percepção de insegurança no quotidiano estão associados aos escalões etários mais elevados, às classes mais baixas e predominantemente à AMSul, indiciando não apenas um reflexo provável de piores condições de segurança, mas também de representações sobre a insegurança mais presentes nestes grupos, já a apreciação das condições ambientais, ao associar níveis menores de

satisfação aos habitantes do centro da metrópole, aos escalões etários mais novos e às classes mais elevadas, faz supor níveis de maiores exigências quanto a uma das dimensões fundamentais do quadro de vida, comprometida hoje no contexto das grandes cidades.

Reflexões e interrogações

A complexidade e diversidade de variáveis estruturantes da percepção da qualidade de vida

Um dado, como já se referiu, surpreendente ao longo da pesquisa que dá origem ao presente artigo, prende-se com os elevados níveis de satisfação manifestados pelos inquiridos, em relação aos vários domínios componentes da qualidade de vida, a que se acrescenta uma percepção globalmente positiva da qualidade de vida, em geral. Chamou-se, também, a atenção para o facto de tais níveis de satisfação não traduzirem certamente a diversidade de condições de vida oferecidas pelos vários territórios em análise, inerentes à desigualdade da posição social dos indivíduos ou à especificidade de determinadas fases do ciclo de vida familiar e profissional. Relembre-se, ainda, que os níveis de satisfação não reflectem exactamente uma gradação de classes (não são as classes mais elevadas a manifestarem os sentimentos mais elevados de satisfação), os habitantes das periferias não revelam ser os menos satisfeitos (a maior insatisfação encontra-se nos habitantes do centro da metrópole) mas já os níveis de satisfação e a percepção da qualidade de vida associados ao ciclo de vida parecem seguir uma lógica mais congruente com as condições de vida e com as necessidades próprias de cada estádio de vida.

Por outro lado, a capacidade de descentramento dos recursos mais materiais pertencentes ao universo da vida privada como definidores da qualidade de vida para valorizar dimensões de “*liveability*”, necessidades de pertença e identidade social ou de desenvolvimento pessoal, está associada a condições de satisfação das dimensões mais elementares e, por isso, proporcionam patamares de desenvolvimento de necessidades e exigências de qualidade de vida mais elaboradas e abrangentes.

A constatação destes múltiplos desfasamentos obriga a repensar e a explorar as variáveis susceptíveis de constituírem os processos mediadores entre o que se designou de condições de vida e as respectivas formas de avaliação e experiências de satisfação. Uma análise mais compreensiva da pluralidade de mecanismos envolvidos na relação entre condições de vida e percepção da qualidade de vida reclama a operacionalização de uma metodologia qualitativa capaz de dar conta da complexidade e diversidade de variáveis estruturantes da percepção da qualidade de vida. Os níveis de satisfação e a percepção da qualidade de vida encontrados não são, certamente, mero reflexo de processos adaptativos às circunstâncias da vida que envolvem a trajetória dos indivíduos, mas um efeito de diversos antecedentes nos quais têm origem quer processos comparativos (temporais e sociais), quer o desenvolvimento de lógicas de formação de aspirações e expectativas, apelando a uma grande diversidade de necessidades e exigências de qualidade de vida. Na explicação da percepção da qualidade de vida, parece importante aprofundar o papel motor da lógica de formação das aspirações condicionadoras do tipo de necessidades e exigências de qualidade de vida, cujas possibilidades de concretização ditam o maior ou menor grau de satisfação. Certamente estas aspirações vêm condicionadas pelo tipo de oportunidades e constrangimentos com que os indivíduos se confrontam ao longo do seu percurso de vida.

Com podem ser “lidos” os resultados desta pesquisa numa lógica de intervenção na cidade com vista ao incremento da qualidade de vida dos habitantes?

A relação entre a teoria e a prática não é uma relação linear e directa, em todo o caso é mediada pelas prioridades estabelecidas pelo nível de recursos/constrangimentos e pelo contexto societal cada vez mais “global”.

Num primeiro olhar, e orientando-nos pelos elevados níveis de satisfação quer em relação à vida em geral, quer aos vários domínios, justificaria uma política de não intervenção face à conformidade, se não satisfação encontrada com o contextos actuais da qualidade de vida na AML. Contudo, numa leitura mais atenta, é possível encontrarmos dimensões mais críticas (condições rela-

cionadas com as mobilidades, equipamentos de saúde, tempo livre e segurança) e dimensões mais valorizadas e/ou apreciadas de forma mais satisfatória (elementos relacionais e identitários, privilegiando-se as esferas da vida privada e pessoal: relações com os amigos, importância da família e da habitação) podendo constituir indicadores de prioridades de intervenção.

Por outro lado, os domínios mais valorizados no seu contributo para a qualidade de vida onde, além da saúde e da família, surgem factores relacionados com o quadro de vida: condições do meio ambiente, de segurança, de mobilidade, a sugerir que uma intervenção nestes domínios pode incrementar a qualidade de vida. Da mesma forma, os domínios mais correlacionados com a qualidade de vida: habitação, nível de vida, meio ambiente, condições de segurança e trabalho revelam factores que dizem respeito aos recursos dos próprios e do quadro de vida que podem ser críticos no contexto de vida actual, sobretudo as condições de segurança e ambientais que emergem, hoje, nos contextos urbanos como das dimensões mais críticas.

Contudo, talvez mais importante que estes resultados, podendo funcionar apesar de tudo, como indicadores importantes de satisfação ou insatisfação face a áreas-chave dos contextos urbanos que enquadram a qualidade de vida, talvez seja de reflectir sobre algumas questões para que reenviam os próprios resultados da pesquisa:

Em primeiro lugar, a diferenciação de noções de qualidade de vida encontradas a reflectirem lógicas de aspirações, necessidades e exigências quanto a um modo de vida urbano completamente desiguais e, neste sentido, presumir linhas ou políticas de intervenção a partir de uma noção pré-construída de qualidade de vida pode não ir, necessariamente, ao encontro desta diversidade de preferências e de objectivos de vida escolhidos. Tal como sublinha, Ascher (1998), cada vez mais seria preciso criar uma cidade “à la carte”, dada a cada vez maior heterogeneidade e diversidade dos perfis de habitantes da cidade, da pluralidade e diversificação dos seus modos e estilos de vida, da heterogeneidade étnica e cultural, da coexistência de públicos na cidade: habitantes, trabalhadores, visitantes, etc., cada um com as suas exigências e noções do que é a qualidade de vida urbana.

Em segundo lugar, dada esta heterogeneidade de públicos habitantes, de noções de qualidade de vida e os desfasamentos encontrados entre condições de vida e apreciações subjectivas, qual o papel dos indicadores subjectivos numa política de intervenção?

No artigo “*Why social policy needs subjective indicators?*”, Veenhoven, discutindo e pondo em causa a utilização de indicadores objectivos como os únicos válidos para suporte da política social, argumenta a favor do emprego de indicadores subjectivos de bem-estar como suporte à tomada de decisão de políticas públicas. Fundamentalmente, condena a presunção de um consenso alargado nas comunidades acerca dos factores mais desejáveis, o que parece problemático dada a complexidade e heterogeneidade das sociedades e, sobretudo, a variabilidade de valores e preferências individuais, num contexto cada vez mais globalizado, mas também mais individualizado. Assim, o risco maior dos indicadores objectivos residiria na possibilidade de não reflectirem a experiência de bem-estar dos indivíduos, bem como as suas lógicas diferenciadas de atribuição de valor e de importância aos vários domínios da vida.

Neste caso, estão em causa, como se referiu, os elevados níveis de satisfação expressos quer quanto aos vários domínios constituintes da vida, quer em relação à vida em geral, que não reflectem, certamente, a diversidade de situações e de condições de vida nas quais os indivíduos se inserem. Acresce que a noção dominante de qualidade de vida privilegia, como vimos, dimensões de “*having*” muito dependentes de questões materiais, centrada nos domínios mais privados e individuais e nos recursos que os indivíduos mais facilmente podem controlar e menos dependentes estão da acção do mercado e da intervenção das políticas públicas, como a família (na dimensão de afectividade) ou a habitação (como suporte da vida familiar e nas dimensões de conforto e privacidade). Simultaneamente, os domínios objecto de menor satisfação como os que compõem o quadro de vida e reflectem as qualidades de “*liveability*” dos contextos onde se inserem (condições de mobilidade, equipamentos de saúde, segurança), es-

tão ausentes ou subvalorizados nas representações sobre qualidade de vida. Tais representações mostram, como já se tinha chamado a atenção, noções incorporadas de qualidade de vida limitadas a dimensões primárias, pouco abrangentes e demonstrativas de necessidades pouco exigentes de qualidade de vida²⁶.

Ainda que estes níveis de satisfação com os vários domínios e com a vida em geral estejam de acordo com estudos recentes, a nível europeu, sobre qualidade de vida subjectiva, já citados, a noção incorporada de qualidade de vida essencialmente materialista e individualista faz questionar estes resultados na óptica da intervenção pública para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Os resultados apurados quanto aos aspectos mencionados parecem ser importantes pelo menos no sentido de apontarem a direcção em que as políticas podem ter efeitos em termos da qualidade de vida individual. Essa intervenção terá de ser feita na estrutura das sociedades, isto é, na procura da melhoria da qualidade dos contextos sociais expressa no conceito de qualidade social e poderá passar por dois níveis:

– Em primeiro lugar, pela preocupação das políticas pela melhoria das condições de vida e pelo alargamento dos padrões de qualidade de vida, sobretudo dos mais desfavorecidos, o que significa investir no combate à exclusão social e promover a coesão social, aumentando a igualdade de oportunidades e evitando a polarização e a fragmentação sociais, critérios também de sustentabilidade de uma sociedade.

– Em segundo lugar, pelo investimento em condições que garantam aos indivíduos a capacidade de alargar as oportunidades para escolherem os seus estilos de vida e concretizarem as suas necessidades e preferências. Neste sentido, vamos ao encontro da concepção de qualidade de vida de Sen (1993) quando sustenta dever ser aferida pelo nível de capacidade e de liberdade dos indivíduos para escolherem os seus objectivos e projectos de vida, isto é, pela sua capacidade de “liberdade de bem-estar”. Ainda a montante deste alargamento

²⁶ Estamos a referir-nos ao significado dominante de qualidade de vida, ainda que, como salientado, foi possível perceber diferenciações significativas em função de variáveis como o ciclo de vida, a posição social dos indivíduos ou as condições do quadro de vida onde habitam.

das oportunidades para uma capacidade maior de acção, está a aposta nas condições de “empowerment” dos cidadãos que permitam: i) a criação de necessidades mais complexas e elaboradas, de forma a interiorizarem noções de qualidade de vida mais exigentes e abrangentes

(descentradas dos recursos individuais para valorizarem as dimensões das qualidades societais); ii) a capacidade de um melhor aproveitamento dos recursos individuais e colectivos em benefício pessoal no sentido do alargamento dos seus padrões de qualidade de vida.

Bibliografia

- ALBER, J.; FAHEY, T., 2004, *Quality of life in Europe. Perceptions of Living Conditions in an enlarged Europe*, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, Social Science Centre (WZB), Berlin and Economic and Social Research Institute (ESRI), Dublin.
- ALLARDT, E., 1993, “Tener, amar, ser: una alternativa al modelo sueco de investigación sobre el bienestar” in NUSSBAUM, M. C.; SEN, A., (comp.), *La Calidad de Vida*, México, Fondo de Cultura Económica.
- ASCHER, F., 1998, *La République contre la Ville*, Paris, L’Aube.
- BERGER-SCHMIT, R.; JANKOWITSCH, B., 1999, “Systems of social indicators and social reporting: the state of the art”, *EuReporting Working Paper*, n.º 1, Centre for Survey Research and Methodology (ZUMA), Social Indicators Department, Mannheim.
- CUMMINS, R. A., 2003, “Normative life satisfaction: Measurement issues and a homeostatic model”, *Social Indicators Research*, n.º 64, pp. 225-256.
- DELHEY, J., 2004, *Quality of Life in Europe. Life satisfaction in an enlarged Europe*, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, Social Science Centre (WZB), Berlin.
- DIENER, E.; DIENER-BISWAS, R., 2000, *New direction in subjective well-being research: the cutting edge*, Champaign, University of Illinois.
- DIENER, E.; DIENER-BISWAS, R 2002a, “Findings on subjective well-being and their implications for empowerment”, Paper presented at the Workshop on *Measuring Empowerment: Cross-Disciplinary Perspectives*, World Bank, Washington, February 4th and 5th.
- DIENER, E.; SUH, E.; LUCAS, R. E.; SMITH, H. L., 1999, “Subjective wellbeing: three decades of progress”, *Psychological Bulletin*, 125, pp. 276-302.
- EASTERLIN, R.A., 2003, “Building a better theory of well-being”, University of Southern California and IZA BONN, *Discussion Paper n.º 742*.
- FAHEY, T.; NOLAN, B.; WHELAN, C. T., 2003, *Monitoring Quality of Life in Europe*, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, Economic and Social Research Institute, Dublin.
- FAHEY, T.; SMITH, E., 2003, “What can subjective indicators tell us about inequalities in welfare? Evidence from 33 European societies”, Working Paper, Dublin, Economic and Social Research Institute.
- MICHALOS, A. C., 2003, *Essays on the Quality of Life*, Klumer Academic Publishers.
- SEN, A., 1993, “Capacidad y bienestar” in NUSSBAUM, M.C.; SEN, A., (comp.), *La Calidad de Vida*, México, Fondo de Cultura Económica.
- VEENHOVEN, R., 2000, “The four qualities of life. Ordering concepts and measures of the good life”, *Journal of Happiness Studies*, Vol 1, pp. 1-39.
- VEENHOVEN, R.; 2002, “Why social policy needs subjective indicators”, *Social Indicators Research*, 58 (1), pp. 33-46.